

DCH - CAMPUS V
Departamento
de Ciências Humanas



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V
COLEGIADO DE ADMINISTRAÇÃO**

LAIANE LIMA PEREIRA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E JUVENTUDE: O PAPEL DA MOEDA CONCHA NA
COMUNIDADE DE MATARANDIBA - VERA CRUZ/BA**

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS
2025**

LAIANE LIMA PEREIRA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E JUVENTUDE: O PAPEL DA MOEDA CONCHA NA
COMUNIDADE DE MATARANDIBA - VERA CRUZ/BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Administração, pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – Campus V.

Orientadora: Prof.^a. Mestra Elenita Barbosa de Souza

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS
2025**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V
COLEGIADO DE ADMINISTRAÇÃO**

TERMO DE APROVAÇÃO

LAIANE LIMA PEREIRA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E JUVENTUDE: O PAPEL DA MOEDA CONCHA NA
COMUNIDADE DE MATARANDIBA - VERA CRUZ/BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Administração, pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – Campus V. **Aprovada em: 19 /12 /2025.**

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente

ELENITA BARBOSA DE SOUZA
Data: 19/12/2025 12:11:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Me. Elenita Barbosa de Souza – Professora Orientadora
Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)



Documento assinado digitalmente

FELIPE RODRIGUES BOMFIM
Data: 05/01/2026 14:18:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o. Pós Dr. Felipe Rodrigues Bomfim – Professor Examinador
Doutor em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)



Documento assinado digitalmente

JOSEVANDRO CHAGAS SOARES
Data: 20/12/2025 10:50:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o. Me. Josevandro Chagas Soares – Professor Examinador
Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

RESUMO

Este trabalho analisa a experiência da Moeda Social Concha e do Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar na comunidade de Matarandiba, no município de Vera Cruz (BA), com foco no fortalecimento juvenil no contexto da economia solidária. A pesquisa fundamenta-se na busca por alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista excludente, destacando práticas comunitárias e tecnologias sociais como instrumentos de emancipação, inclusão produtiva e desenvolvimento territorial. O objetivo do estudo consistiu em compreender de que maneira a Moeda Concha contribui para o desenvolvimento local e para o protagonismo de jovens entre 18 e 25 anos. Metodologicamente, a investigação adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando entrevistas semiestruturadas com a gestora do Banco Comunitário Ilhamar e a Jovem Conselheira de Comunicação da ASCOMA, além da aplicação de questionários junto a trinta jovens da comunidade, tratados por meio da estatística descritiva. A análise de conteúdo possibilitou a organização dos dados em quatro eixos analíticos: fortalecimento identitário e pertencimento; economia solidária e geração de renda; desafios da circulação da moeda social; e sustentabilidade institucional. Os resultados indicam que a Moeda Concha atua como instrumento de valorização cultural, fortalecimento comunitário e estímulo à economia local, embora enfrente limitações financeiras e estruturais para ampliar seu alcance. Conclui-se que a experiência do Banco Comunitário Ilhamar reafirma o potencial transformador da economia solidária na promoção do desenvolvimento endógeno, da cidadania e da autonomia juvenil.

Palavras-chave: Economia Solidária; Moeda Social; Juventude; Desenvolvimento Local; Banco Comunitário.

ABSTRACT

This study analyzes the experience of the Concha social currency and the Ilhamar Community Development Bank in the community of Matarandiba, in the municipality of Vera Cruz, Bahia, focusing on youth empowerment within the framework of the solidarity economy. The research is grounded in the search for alternatives to the exclusionary capitalist development model, highlighting community-based practices and social technologies as instruments of emancipation, productive inclusion, and territorial development. The objective of the study was to understand how the Concha currency contributes to local development and to the protagonism of young people aged 18 to 25. Methodologically, the investigation adopted a qualitative, exploratory, and descriptive approach. Data collection involved semi-structured interviews with the manager of the Ilhamar Community Development Bank and a young Communication Advisor from the community association, as well as questionnaires applied to thirty young community members, whose data were analyzed using descriptive statistics. Content analysis enabled the organization of the empirical material into four analytical axes: identity strengthening and belonging; solidarity economy and income generation; challenges related to currency circulation; and institutional sustainability. The results indicate that the Concha social currency functions as an instrument of cultural valorization, community strengthening, and stimulation of the local economy, although it faces financial and structural limitations that constrain the expansion of its reach. It is concluded that the experience of the Ilhamar Community Development Bank reaffirms the transformative potential of the solidarity economy in promoting endogenous development, citizenship, and youth autonomy.

Keywords: Solidarity Economy; Social Currency; Youth; Local Development; Community Bank.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte primária da vida, e a Jesus, meu Salvador, em quem me apoiei com paciência, fé e esperança, permitindo-me acreditar no potencial humano e na superação dos desafios diários. À Igreja Adventista do Sétimo Dia e a seus membros, irmãos na fé, pelo acolhimento espiritual e social.

À minha mãe, Jailda Santos, à minha irmã, Lilian Lima, e ao meu tio, Joelson Santos, meu apoio e porto seguro, que sempre me incentivaram a ir além do que os olhos podem ver e sonhar. Ao meu pequeno e amado filho, Éden Gabriel, minha maior motivação para não desistir dos objetivos e seguir adiante, abrindo-lhe caminhos e sendo exemplo para um futuro ingresso na vida acadêmica.

À Residência Universitária de Vera Cruz, minha cidade natal, e aos programas sociais de políticas públicas, pelo acolhimento e apoio, espaço onde conheci conterrâneos e vivenciei trocas de saberes, partilhas de dificuldades, lutas e aprendizados.

À Universidade do Estado da Bahia – Campus V, por meio de seu corpo docente, técnicos, coordenação e diretoria, pelo trabalho de incentivo e pelas oportunidades de qualificação cidadã, preparando-nos para o mundo do trabalho.

À UNEB para a vida, agradeço às amigas Jeilany Amparo, Deijiane Santos e Amanda Carine Silva, por compartilharmos juntas essa trajetória no ensino superior de forma mais leve, solidária e acolhedora.

A todos vocês, minha eterna gratidão. Dedico este trecho de uma música muito especial:

“E hoje eu sou quem eu sou
Pois Sua mão me acompanhava
Mas eu sei, não é o fim, é só o começo da jornada
Eu abro o meu coração pra minha nova história.”
(Grupo Vocal Livre – “Só o começo”)

LISTA DE SIGLAS

BA– Bahia

UFBA– Universidade Federal Do Estado Da Bahia

BCD– Banco Comunitário De Desenvolvimento

EUA– Estados Unidos Da América

ES-Economia Solidária

ITES– Incubadora Tecnológica De Economia Solidária

BCDI– Banco Comunitário De Desenvolvimento Ilhamar

ECOSMAR– Economia Solidária e Sustentável De Matarandiba

ASCOMA– Associação Comunitária De Matarandiba

ASCOMAT – Associação Sociocultural De Matarandiba

INFORMAR– Infocentro Comunitário De Matarandiba

FDCM – Fórum De Desenvolvimento Comunitário De Matarandiba

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de distribuição dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento na época de seu desenvolvimento	26
Figura 2 – Mapa rede Ecosmar	36
Figura 3 – Nova logomarca do Banco Ilhamar	36
Figura 4 – Símbolos das cédulas da Moeda Concha (C\$)	38
Diagrama 1 – Dimensões e categorias de análise da pesquisa	32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Bancos Comunitários de Desenvolvimento	28
Quadro 2 – Linhas de Créditos do BCD Ilhamar	37
Quadro 3 – Análise Financeira Geral do BCD Ilhamar,2008-2018	38
Quadro 4 – Comparativo de percepções sobre a Moeda Concha e o Banco Comunitário entre a Gestora e a Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma .	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade	47
Gráfico 2 – Gênero	47
Gráfico 3 – Projetos.....	48
Gráfico 4 – Projeto pós Banco.....	49
Gráfico 5 – Aceitabilidade da Moeda.....	49
Gráfico 6 – Microcréditos	50
Gráfico 7 – Incentivo ao ensino superior	51
Gráfico 8 – Satisfação geral	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	15
2.1.1 Do desenvolvimento capitalista à alternativa do desenvolvimento local: uma abordagem crítica a partir da economia solidária	15
2.1.2 A concepção de território como espaço de ação coletiva e resistência...	16
2.1.3 Princípios da Economia Solidária como alternativa de desenvolvimento endógeno e inclusivo.....	18
2.1.4 Estruturação da Economia Solidária como política pública no Brasil	21
2.2 FINANÇAS SOLIDÁRIAS: BANCOS COMUNITÁRIOS E MOEDAS SOCIAIS...	24
2.2.1 Conceito de Finanças Solidárias	24
2.2.2 O papel dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) na dinamização da economia local.....	25
2.2.3 A moeda social e o estímulo ao comércio comunitário.....	28
3. PERCURSO METODOLÓGICO	31
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS: A MOEDA CONCHA E O PROTAGONISMO JUVENIL EM MATARANDIBA	34
4.1 CONTEXTO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA MOEDA CONCHA.....	34
4.2. PROTAGONISMO JUVENIL E A MOEDA SOCIAL CONCHA.....	39
4.2.1 Pertencimento e identidade juvenil	41
4.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA, GERAÇÃO DE RENDA E LIMITES DA INCLUSÃO PRODUTIVA	42
4.4 PERCEPÇÕES DA JUVENTUDE DA COMUNIDADE.....	46
4.5 SÍNTESE ANALÍTICA DA EXPERIÊNCIA: JUVENTUDE, MOEDA SOCIAL E SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICE A – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	63
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A GESTORA DO BCD ILHAMAR	66
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM JOVEM CONSELHEIRA DA ASCOMA	68
APÊNDICE D – QUADRO DE CATEGORIZAÇÃO DAS FALAS DA GESTORA DO BCD ILHAMAR	70
APÊNDICE E – QUADRO DE CATEGORIZAÇÃO DAS FALAS DA JOVEM CONSELHEIRA DA ASCOMA	73

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a experiência da Moeda Social Concha e do Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar na comunidade de Matarandiba, no município de Vera Cruz (BA), com foco nos impactos dessa iniciativa de economia solidária na vida econômica, social e simbólica da juventude local. Inserida no campo das finanças solidárias, a experiência investigada configura-se como uma alternativa de desenvolvimento territorial orientada pela autogestão, pela cooperação e pela valorização dos recursos e saberes locais.

A análise dessa experiência local insere-se em um contexto mais amplo, marcado pela hegemonia do modelo de desenvolvimento capitalista, caracterizado pela concentração de renda, pela exclusão social e pela precarização das relações de trabalho. Em um cenário de globalização econômica, a lógica da acumulação, do consumo exacerbado e da competição tem se mostrado incapaz de promover justiça social e desenvolvimento humano, sobretudo em territórios periféricos e historicamente marginalizados (Singer, 2023; Dagnino; Dias, 2012).

Nesse contexto, intensificam-se os debates em torno da necessidade de políticas, programas e instrumentos capazes de atender populações vulnerabilizadas, frequentemente invisibilizadas pelo Estado e pelo sistema financeiro tradicional. Inseridas em ambientes marcados pela precariedade socioeconômica, essas populações enfrentam obstáculos significativos para acessar financiamentos, créditos e oportunidades formais de inserção produtiva, o que reforça ciclos de exclusão e desigualdade (Lopes, 2021).

É diante desse cenário que emergem experiências baseadas em tecnologias sociais e práticas coletivas, orientadas por valores de resistência, transformação social e solidariedade. Fundamentada em princípios como autogestão, cooperação, valorização do trabalho e participação comunitária, a economia solidária apresenta-se como uma proposta contra-hegemônica, ao reorganizar as relações econômicas a partir das necessidades e potencialidades locais, promovendo inclusão produtiva, soberania econômica e fortalecimento dos territórios (Lopes, 2021).

No Brasil, diversas experiências de economia solidária vêm sendo desenvolvidas em diferentes contextos sociais, especialmente em áreas como reciclagem de resíduos, artesanato, agricultura familiar e produção de alimentos em

comunidades quilombolas, periféricas e tradicionais. No território baiano, destacam-se iniciativas de finanças solidárias, incluindo bancos comunitários e moedas sociais, que operam como instrumentos de dinamização econômica, inclusão social e fortalecimento das redes locais, alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável e da justiça social (Dagnino; Dias, 2012).

É nesse horizonte que se insere a experiência da Moeda Social Concha, implantada na comunidade de Matarandiba, no município de Vera Cruz (BA). Mais do que um instrumento de troca, a Concha configura-se como um mecanismo de reorganização econômica sob controle comunitário, estimulando a circulação interna de riquezas, a produção local e o fortalecimento do comércio de proximidade. Ao mesmo tempo, assume uma dimensão simbólica, ao expressar identidade, pertencimento e autonomia coletiva, contrapondo-se à lógica dominante do capital financeiro.

Diante disso, a presente pesquisa busca compreender a importância da Moeda Social Concha e do Banco Comunitário Ilhamar para a juventude da comunidade de Matarandiba, analisando de que maneira essa experiência de economia solidária tem impactado a vida econômica e social de jovens entre 18 e 25 anos. Parte-se do entendimento de que a juventude ocupa um lugar estratégico nos processos de desenvolvimento territorial, sendo simultaneamente afetada pelas limitações estruturais do mercado de trabalho e potencial agente de transformação social.

A questão que norteia esta pesquisa é: **como a Moeda Concha impacta a vida econômica e social dos jovens de 18 a 25 anos da comunidade de Matarandiba, Vera Cruz (BA)?** A relevância dessa investigação reside na possibilidade de ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do Banco Comunitário Ilhamar, bem como sobre sua atuação articulada com associações locais, universidades, iniciativa privada e políticas públicas, por meio de projetos de microcrédito, capacitações, formação técnico-profissional e iniciativas culturais no território.

Nesse sentido, os objetivos específicos do estudo consistem em: (i) identificar as formas de utilização e a aceitabilidade da Moeda Concha entre os jovens da comunidade; (ii) analisar como as práticas de economia solidária influenciam o desenvolvimento social e profissional da juventude local; e (iii) compreender a atuação do Banco Comunitário Ilhamar e sua interação com a Universidade Federal da Bahia

(UFBA), a Dow Brasil e as políticas públicas no fortalecimento da moeda social e dos benefícios gerados à comunidade.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida a partir de um estudo de caso sobre a experiência da Moeda Social Concha e do Banco Comunitário Ilhamar. A coleta de dados envolveu a aplicação de questionários junto a jovens de 18 a 25 anos da comunidade e a realização de entrevistas semiestruturadas com atores institucionais vinculados à economia solidária no território. Os dados oriundos dos questionários foram tratados por meio da estatística descritiva, enquanto os dados qualitativos foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), apoiada na triangulação entre referencial teórico e material empírico, o que possibilitou a construção dos eixos analíticos que orientam a análise dos resultados.

Além desta introdução, o trabalho está organizado em capítulos inter-relacionados. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico sobre desenvolvimento local e economia solidária, destacando seus princípios e fundamentos críticos. O segundo capítulo aprofunda a discussão sobre finanças solidárias, bancos comunitários de desenvolvimento e moedas sociais. O terceiro capítulo descreve o percurso metodológico da pesquisa. O quarto capítulo dedica-se à análise dos resultados, abordando o contexto de criação da Moeda Concha, o protagonismo juvenil, os processos de pertencimento e geração de renda, os desafios de circulação da moeda, as parcerias institucionais e as percepções da juventude da comunidade. Por fim, as considerações finais sistematizam os principais achados da pesquisa, apontando limites, contribuições e possibilidades para o fortalecimento da economia solidária em Matarandiba.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A discussão sobre desenvolvimento local requer considerar como o modelo capitalista produz assimetrias sociais e territoriais que limitam o acesso de determinadas comunidades a oportunidades econômicas e políticas. Nesse cenário, distintas formas de organização coletiva emergem como estratégias de resistência e de construção de alternativas voltadas ao fortalecimento comunitário. A economia solidária insere-se nesse campo ao propor práticas baseadas na cooperação, na autogestão e na valorização dos recursos e identidades locais, articulando dimensões econômicas e sociopolíticas do desenvolvimento.

Esta seção apresenta os principais fundamentos que orientam essa perspectiva, discutindo, inicialmente, as limitações do modelo de desenvolvimento capitalista e seus efeitos sobre territórios vulnerabilizados. Em seguida, aborda-se a concepção de território como espaço de ação coletiva, os princípios da economia solidária como proposta de desenvolvimento endógeno e, por fim, o processo de estruturação dessa prática como política pública no Brasil.

2.1.1 Do desenvolvimento capitalista à alternativa do desenvolvimento local: uma abordagem crítica a partir da economia solidária

O modelo de desenvolvimento capitalista, centrado no crescimento econômico e na acumulação de capital, tem sido amplamente criticado por sua incapacidade de promover inclusão social e equidade territorial. Segundo Singer (2003), a economia solidária emerge como alternativa viável para combater a exclusão social, propondo formas de organização econômica que priorizam a satisfação das necessidades humanas e a justiça social. Nessa mesma direção, Santos (2005) ressalta que a economia solidária se enraíza no contexto local, favorecendo um desenvolvimento territorial sustentável.

A economia solidária desempenha papel fundamental no desenvolvimento local ao valorizar a participação ativa da comunidade, a cooperação e a autogestão como pilares para a construção de alternativas econômicas sustentáveis. Segundo França Filho (2009), esse modelo de desenvolvimento é caracterizado pela busca de soluções endógenas, que partem dos recursos, saberes e demandas das próprias comunidades, promovendo a autonomia e o fortalecimento territorial. A literatura indica que a economia solidária contribui significativamente para a inclusão social ao gerar

empregos e renda em contextos em que o mercado tradicional apresenta limitações, fomentando o protagonismo dos atores locais (Singer, 2002).

Mais do que um modelo econômico, constitui também um movimento social, ao propor a transformação da lógica excludente do capital por meio de empreendimentos solidários, como cooperativas, associações, ONGs e grupos de produção coletiva (Singer, 2023). Esse caráter político-institucional ganhou força no Brasil, especialmente a partir dos anos 2000, quando o Estado criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) para fomentar o setor.

França Filho e Silva Jr. (2009) acrescentam que a economia solidária valoriza a organização popular e promove o fortalecimento das economias locais, construídas com base na cooperação, na confiança mútua e no controle social. Essa perspectiva propicia uma lógica de desenvolvimento assentada na justiça distributiva, na solidariedade e na sustentabilidade.

Além disso, Lopes (2021) aponta que as políticas de fomento à economia solidária têm sido eficazes na reversão de processos de marginalização econômica, ao ampliar o acesso a crédito, formação profissional e redes colaborativas. Tais iniciativas têm fortalecido comunidades historicamente excluídas do planejamento urbano e das políticas econômicas tradicionais. Conforme Oliveira (2019), a construção de alternativas econômicas deve necessariamente envolver os sujeitos sociais em todos os níveis decisórios, promovendo a apropriação coletiva dos processos produtivos e das políticas públicas.

Nesse cenário, experiências como cooperativas de reciclagem, grupos de agricultura familiar, cooperativas de crédito, e coletivos ecológicos, revelam-se em respostas visíveis aos limites do modelo hegemônico de desenvolvimento, demonstrando que é possível construir alternativas a partir da realidade local e do protagonismo comunitário. A economia solidária, portanto, reafirma-se como projeto econômico, político e cultural de inclusão e emancipação social.

2.1.2 A concepção de território como espaço de ação coletiva e resistência

Nessa perspectiva, o território é concebido não apenas como um espaço geográfico, mas como um lócus de ação coletiva e resistência. Dagnino e Dias (2012) argumentam que a economia solidária se fundamenta em valores de justiça, democracia e solidariedade, contrastando com as características da economia

tradicional, como a competição desigual e a concentração de poder. Essa perspectiva enfatiza a importância da ação coletiva na construção de alternativas econômicas que promovam a autonomia e a inclusão social.

Para que essas ações tenham base sólida no qual os grupos sociais realizem suas atividades, as comunidades precisam montar uma rede de comunicações para trocas de experiências e atualizações recentes para novas oportunidades. Silva (2020) analisa a economia solidária a partir de uma perspectiva territorial e social. Ele investiga as formas como os empreendimentos solidários se articulam com os territórios e como constroem redes de apoio mútuo. Ele destaca a diversidade das iniciativas solidárias no país, variando conforme o contexto socioeconômico, cultural e político de cada região.

Ele argumenta que a economia solidária contribui para o fortalecimento de economias locais, promove a inclusão social e estimula práticas sustentáveis, desafiando as formas tradicionais de organização da produção e do consumo. A análise de Silva também ressalta o papel das redes e fóruns regionais como elementos-chave para a sustentabilidade e o fortalecimento do setor.

A concepção de território, quando analisada sob a ótica da economia solidária, ultrapassa o entendimento puramente geográfico, assumindo um papel político e simbólico fundamental para os processos de resistência e transformação social. De acordo com Haesbaert (2004), o território é um espaço apropriado por sujeitos sociais, e sua apropriação se dá não apenas por mecanismos institucionais, mas também por meio de relações de poder e de identidade coletiva. Nesse sentido, o território é compreendido como um espaço de ação coletiva, onde a comunidade busca soluções endógenas para seus desafios sociais e econômicos.

A economia solidária, como destaca Dagnino (2004), fundamenta-se em valores como solidariedade, democracia, justiça social e cooperação, sendo construída a partir da ação coletiva de sujeitos que compartilham um projeto comum de desenvolvimento alternativo. Nos grupos sociais, o território se transforma em palco dessas ações, onde os saberes locais e as práticas culturais se entrelaçam com estratégias de resistência ao modelo econômico dominante.

Segundo Corrêa (2011), os territórios de resistência se constituem a partir da organização comunitária e da criação de espaços de autonomia, onde os sujeitos

locais constroem alternativas às políticas excludentes do Estado e do mercado. Esses territórios não são apenas físicos, mas também simbólicos, pois carregam consigo a memória coletiva, os vínculos afetivos e os projetos de futuro de seus habitantes. A moeda social, nesse contexto, emerge como um instrumento de ressignificação do território, fortalecendo os laços sociais e a identidade local.

Silva (2020) acrescenta que os empreendimentos econômicos solidários funcionam como redes territoriais de cooperação, capazes de promover a inclusão social e a sustentabilidade. Essas redes, muitas vezes informais, são baseadas na confiança mútua e na reciprocidade, elementos essenciais para a construção de um território solidário e autogerido. Os Banco Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), por exemplo, não atua apenas como instituição financeira, mas como articulador de ações sociais, educativas e culturais, reafirmando o território como espaço de construção coletiva.

Para França Filho e Rigo (2015), o fortalecimento dos territórios populares por meio da economia solidária implica reconhecer os sujeitos locais como protagonistas de seu próprio desenvolvimento. Isso requer não apenas o apoio de políticas públicas, mas também o estímulo à autonomia organizativa das comunidades. A experiência na comunidade mostra que, mesmo diante das adversidades históricas e estruturais, é possível consolidar práticas territoriais baseadas na solidariedade, no respeito à diversidade e na autogestão.

2.1.3 Princípios da economia solidária como alternativa de desenvolvimento endógeno e inclusivo

O modelo da economia solidária se baseia em princípios como a cooperação, a autogestão, a solidariedade e a sustentabilidade. De acordo com o SEDEP (2025), esses princípios visam criar novas formas de relações econômicas que priorizam o ser humano em detrimento do lucro. Essas práticas promovem o desenvolvimento endógeno, estimulando a economia local e a inclusão sociais.

Entende-se como cooperação a prática que substitui a lógica da competição pela ação coletiva, fortalecendo redes locais de produção e consumo e garantindo que o desenvolvimento seja construído de forma endógena, a partir das potencialidades do próprio território (Santos, 2005).

A autogestão é um princípio central da economia solidária, que implica na gestão democrática e participativa dos empreendimentos. Singer (2002) ressalta que a autogestão permite que os trabalhadores sejam protagonistas de suas atividades, promovendo a equidade e a solidariedade. Essa abordagem contribui para a construção de relações de trabalho mais justas e para a promoção da autonomia econômica.

Essa forma de organização econômica contribui para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos envolvidos, pois estimula a tomada de decisão coletiva e o controle social sobre os processos produtivos (França Filho, 2009).

Conforme Leal (2015), A autogestão também está associada ao empoderamento político e social dos envolvidos, configurando-se como uma estratégia para a construção de cidadania e para a superação das desigualdades estruturais. Gaiger (2006) reforça que a autogestão é uma prática que alia eficiência econômica à justiça social, promovendo a solidariedade e o desenvolvimento sustentável.

A economia solidária, ao valorizar a autogestão, propicia não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a transformação das relações sociais, tornando-se um instrumento potente de mudança social e territorial.

De acordo com Santos (2005) a solidariedade é compreendida como a valorização do vínculo comunitário e do apoio mútuo, condição indispensável para superar desigualdades históricas e gerar inclusão produtiva. Já Singer (2003) entende que a sustentabilidade se refere à responsabilidade socioambiental das práticas econômicas, assegurando que o desenvolvimento endógeno não comprometa os recursos naturais e respeite as gerações futuras. Nesse sentido, a economia solidária prioriza a satisfação das necessidades humanas em detrimento da acumulação de capital, enquanto seu enraizamento territorial favorece a construção de modelos inclusivos de desenvolvimento.

Singer (2002) observa que esse modelo alternativo não se limita à geração de renda, mas visa a transformar as relações sociais e econômicas, promovendo a cidadania ativa. Ao contrário do modelo capitalista hegemônico, que tende a excluir e marginalizar os setores populares, a economia solidária busca integrar os sujeitos ao processo produtivo de maneira participativa e democrática. Trata-se, segundo França

Filho (2009), de uma proposta de transformação social, baseada na centralidade do trabalho associado e no fortalecimento dos vínculos comunitários.

A inclusão produtiva, conforme aponta Silva (2021), é um dos principais eixos da economia solidária. Essa inclusão ocorre não apenas pelo acesso a fontes de renda, mas pelo engajamento em processos coletivos de decisão, na construção de objetivos comuns e na distribuição justa dos resultados. Nesse sentido, os empreendimentos solidários funcionam como espaços de formação política e de exercício da cidadania, contribuindo para a autonomia dos participantes e a redução das desigualdades.

De acordo com Lima (2020), o desenvolvimento endógeno promovido pela economia solidária é aquele que parte das demandas e dos recursos internos das comunidades. Isso significa reconhecer a importância dos saberes tradicionais, das práticas culturais e das relações sociais existentes nos territórios. As experiências de moedas sociais e bancos comunitários, como os implementados e ativos nos grupos sociais, são exemplos concretos dessa abordagem, pois surgem de processos participativos e têm como objetivo a dinamização da economia local (Santos, 2021).

Conceição *et al.* (2024) argumentam que a economia solidária promove uma ressignificação da noção de desenvolvimento, entendendo-o não apenas como crescimento econômico, mas como ampliação das capacidades humanas, fortalecimento dos vínculos sociais e proteção do meio ambiente. Dessa forma, os princípios da economia solidária dialogam com a perspectiva do desenvolvimento sustentável, ao promover justiça social, equidade e respeito à diversidade cultural.

O desenvolvimento inclusivo proporcionado por práticas solidárias também contribui para enfrentar as desigualdades históricas que afetam populações marginalizadas. Segundo Oliveira (2019), comunidades que adotam práticas de economia solidária conseguem ampliar suas redes de apoio, melhorar o acesso a bens e serviços e fortalecer sua identidade coletiva. Essas mudanças estruturais indicam que a economia solidária é, de fato, uma alternativa viável e eficaz para o desenvolvimento de base popular.

Os princípios da economia solidária orientam práticas que valorizam o ser humano e o território, propondo uma economia que respeita a diversidade, fortalece as iniciativas locais e promove o bem-estar coletivo cultivando vivências para a

ampliação do ambiente promovendo essa lógica alternativa, que alia desenvolvimento econômico, fortalecimento comunitário e justiça social.

2.1.4 Estruturação da economia solidária como política pública no Brasil

No Brasil, a economia solidária tem sido incorporada às políticas públicas como estratégia para promover a inclusão social e o desenvolvimento local. Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2025), iniciativas como bancos comunitários e moedas sociais têm sido implementadas para fortalecer a economia local e democratizar o acesso a serviços financeiros. Essas políticas visam transformar a economia solidária em um modelo sustentável e inclusivo.

A institucionalização da economia solidária como política pública no Brasil se intensificou a partir dos anos 2000, quando o governo federal passou a reconhecer as práticas solidárias como instrumentos legítimos de combate à pobreza e promoção da inclusão social. Segundo Singer (2002), a criação da SENAES, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), representou um marco importante na consolidação desse campo como objeto de políticas públicas.

De acordo com Oliveira *et al.* (2024), a implementação de políticas públicas para a economia solidária envolveu diferentes instrumentos, entre os quais se destacam o financiamento de bancos comunitários, a disseminação de moedas sociais, a criação de incubadoras tecnológicas e a institucionalização de fóruns e conselhos. Esses mecanismos têm como objetivo articular os diferentes atores envolvidos o Estado, sociedade civil, universidades e empreendedores em uma perspectiva de co-gestão das políticas.

Cavalieri (2023) destaca que a política pública voltada à economia solidária tem se mostrado eficiente na construção de alternativas econômicas para populações historicamente excluídas. No entanto, ele também alerta para os desafios enfrentados, como a descontinuidade dos programas governamentais, a fragilidade institucional em alguns municípios e a necessidade de ampliar a formação e a capacitação dos sujeitos envolvidos.

A partir dessas análises, percebe-se que a economia solidária vem se consolidando como uma política pública inovadora e transversal, dialogando com outras áreas como educação, saúde, assistência social e cultura. Conforme Lima (2021), essa transversalidade permite que a economia solidária seja aplicada em

diferentes contextos e territórios, respeitando as especificidades locais e promovendo ações integradas de desenvolvimento.

Entretanto, a consolidação da economia solidária como política pública depende também da existência de marcos legais específicos e de diretrizes que orientem programas, projetos e ações governamentais. A legislação 15.068/2024, que regula a economia solidária, contribui para garantir segurança jurídica às iniciativas e ampliar o acesso a recursos públicos e privados. Nesse sentido, Oliveira (2019) destaca que a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) estabelece princípios e diretrizes voltados ao fortalecimento da área, promovendo a integração entre os diferentes níveis de governo e o diálogo com a sociedade civil. Conforme seu Artigo 3º, “a Política Nacional de Economia Solidária constitui o instrumento pelo qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará planos e ações com vistas ao fomento da economia solidária” (BRASIL, 2024).

Além do marco normativo, políticas voltadas para formação e capacitação técnica dos participantes são fundamentais para aprimorar a gestão dos empreendimentos solidários. Geiger (2006) destaca que a democratização do conhecimento fortalece a participação e a inovação, ampliando a capacidade de adaptação dos grupos aos contextos dinâmicos em que estão inseridos. Cursos, oficinas e espaços de intercâmbio promovidos por universidades, incubadoras e órgãos públicos são essenciais para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à autogestão, à gestão financeira e ao trabalho cooperado.

Outro elemento central para a consolidação da economia solidária é a criação de mecanismos de financiamento específicos. França Filho (2009) evidencia que o acesso a crédito adequado às características dos empreendimentos é determinante para sua viabilidade econômica e autonomia, evitando que dependam exclusivamente de recursos externos ou de iniciativas pontuais. O financiamento acessível e flexível permite ampliar atividades produtivas, consolidar redes territoriais e fortalecer circuitos econômicos locais.

Para que essas políticas sejam efetivas, é necessário garantir a participação ativa dos sujeitos envolvidos nos processos de planejamento, implementação e avaliação das ações governamentais. Conceição et al. (2024) ressaltam que o controle social e a transparência fortalecem a legitimidade e a eficácia das políticas, contribuindo para que respondam às necessidades e potencialidades específicas de

cada território. A escuta qualificada e o diálogo permanente com as comunidades garantem que as iniciativas não apenas se enraízem, mas também se adaptem às suas dinâmicas socioculturais.

O alinhamento das políticas de economia solidária a agendas mais amplas, como desenvolvimento sustentável, direitos humanos e justiça social, amplia seu impacto e fortalece a construção de territórios resilientes e inclusivos. Silva (2021) aponta que integrar desenvolvimento econômico, preservação ambiental e equidade social constitui um caminho essencial para a promoção de modelos de desenvolvimento mais justos. Nesse sentido, o papel do Estado vai além do financiamento, atuando como facilitador, parceiro e agente de transformação social.

Assim, a estruturação da economia solidária como política pública no Brasil não apenas legitimou o campo, mas também ampliou suas práticas, fortalecendo redes territoriais, diversificando instrumentos institucionais e consolidando um paradigma orientado pela justiça social, pela equidade e pela participação cidadã.

À luz desse debate, a seção seguinte aprofunda a análise sobre as finanças solidárias como um dos principais desdobramentos da economia solidária no território, com ênfase nos bancos comunitários de desenvolvimento e nas moedas sociais. Busca-se compreender como esses instrumentos operam na prática como mecanismos de inclusão financeira, dinamização da economia local e fortalecimento das iniciativas solidárias, articulando política pública, território e ação coletiva.

2.2 FINANÇAS SOLIDÁRIAS: BANCOS COMUNITÁRIOS E MOEDAS SOCIAIS

2.2.1 Conceito de Finanças Solidárias

As finanças solidárias constituem um conjunto de práticas financeiras orientadas por princípios de cooperação, justiça social e inclusão produtiva, diferindo do sistema financeiro tradicional ao priorizar o fortalecimento das economias locais e a promoção da cidadania econômica. Seu principal objetivo é criar instrumentos capazes de democratizar o acesso ao crédito e às oportunidades de geração de renda, especialmente para populações historicamente excluídas do mercado formal.

Conforme Singer (2009), o sistema brasileiro está composto por três grupos ou partes: uma capitalista, (voltada ao lucro e altos rendimentos), uma estatal (que busca a prestação de serviços financeiros) e uma social/solidária (a qual não gera lucro e acolhe o serviço de acordo à necessidade da massa marginalizada e vulneráveis com qual foi excluída dos dois últimos grupos).

Para Souza (2019) finanças solidárias são iniciativas coletivas que constituem o diversificado campo da economia solidária, voltadas para a inclusão financeira via organizações não bancárias como os bancos comunitários de desenvolvimento, os fundos rotativos solidários e as cooperativas de créditos solidários. Segundo Abramovay e Junqueira (2005), as finanças solidárias podem ser compreendidas como uma prática de microfinança composta por iniciativas que valorizam o potencial de mobilização de investimentos locais, o financiamento conjunto das unidades de produção e consumo, e são as redes de relações sociais entre os indivíduos que atuam como modalidades de garantia e controle desses financiamentos.

Nesse contexto, Souza (2019) destaca que as finanças solidárias no Brasil são constituídas por experiências como as cooperativas de crédito solidário, os fundos rotativos solidários e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Essas iniciativas oferecem financiamento acessível para pequenos empreendimentos, estimulam o empreendedorismo popular e dinamizam a economia local, fortalecendo a autonomia comunitária e os laços de solidariedade.

Conforme Bertucci e Silva (2003, p. 14-16), as experiências dos fundos rotativos se firmam como uma metodologia de apoio financeiro solidário por meio de microcréditos concedidos - que geram compromissos devolutivos voluntários dos tomadores - para o atendimento de comunidades ou grupos associativos produtivos

que adotam princípios de gestão compartilhada e convivência solidária.

De acordo com França Filho e Passos (2013), as cooperativas de crédito solidárias constituem um segmento específico dentro do cooperativismo de crédito brasileiro, caracterizado pela forte vinculação às dinâmicas locais e pela origem nos fundos rotativos solidários. Diferenciam-se das demais instituições financeiras por se orientarem pelos princípios do cooperativismo, o que implica uma estrutura de gestão democrática na qual gestores e clientes são, simultaneamente, associados e coproprietários. Dessa forma, não têm como finalidade a maximização do lucro, mas sim a promoção de benefícios coletivos aos seus cooperados (NESOL-USP, 2016).

Já os bancos comunitários de desenvolvimento se diferem sobremaneira das práticas de microcrédito convencionais por estarem dentro dos territórios e adotarem estruturas participativas. De acordo com Silva Jr. (2016), são vistos como um mecanismo mais efetivo de inclusão financeira para as pessoas mais pobres por se apoiarem nas relações sociais do território e se basearem em valores como solidariedade e confiança que permeiam as operações financeiras reguladas comunitariamente.

Na subseção seguinte, analisaremos mais detalhadamente o papel dos BCDs na dinamização da economia local.

2.2.2 O papel dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) na dinamização da economia local

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), apresentam-se como uma prática de finanças solidárias concebida e direcionada prioritariamente para territórios empobrecidos. Diferentemente das iniciativas de microcrédito convencionais, centradas no indivíduo ou na organização beneficiária, os bancos comunitários orientam sua atuação para o território ao qual pertencem — seja uma comunidade, um bairro ou um pequeno município. Nesse sentido, buscam fortalecer, de forma articulada, a capacidade produtiva, a oferta de serviços e o consumo no âmbito territorial. Para isso, financiam e acompanham a construção de empreendimentos socioprodutivos e de prestação de serviços locais, além de estimular o próprio consumo interno da comunidade (França Filho; Silva Jr, 2009).

No âmbito local, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) desempenham um papel fundamental ao ampliar o acesso de populações excluídas

ao sistema financeiro, fortalecer o comércio de proximidade e fomentar iniciativas produtivas. Eles atuam como articuladores, conectando empreendimentos, associações e consumidores, o que impulsiona a circulação de renda e o desenvolvimento socioeconômico local. Atualmente, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) registra cerca de 150 BCDs (Instituto Palmas, 2025). Contudo, a ausência de uma representação cartográfica oficial da rede levou à utilização do mapa do NACE/NESOL-USP (2015) para fins de ilustração e análise espacial da distribuição dos BCDs à época de sua elaboração.



Figura 1– Mapa de distribuição dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento na época de seu desenvolvimento

Fonte: NACE/NESOL-USP (2015).

Embora não se trate do levantamento mais recente, esse material gráfico possibilita visualizar a concentração regional dos bancos comunitários, especialmente nas regiões Nordeste e Norte do país, corroborando a tendência identificada nos dados mais atuais. Assim, a utilização articulada das duas fontes não configura uma contradição, mas uma estratégia metodológica que combina a atualidade dos dados quantitativos (RBBC/Palmas) com a força explicativa e visual do mapa elaborado pelo

NACE/NESOL-USP (2015).

Segundo Rigo *et al.* (2012 apud Souza, 2019), os bancos comunitários são caracterizados como tecnologias sociais que estão a serviço de uma política pública com o objetivo de atingir os territórios socioeconomicamente vulneráveis, com as ferramentas de estruturas de gestão, metodologias de concessão e cobrança de empréstimos, estas se que fundamentam entre a proximidade dos indivíduos e a mutualidade das relações de confiança para os projetos da economia solidária.

O conceito de tecnologia social é central para o campo da economia solidária, razão pela qual é importante destacar seu significado. Segundo Rigo *et al.* (2012 apud Souza, 2019), as tecnologias sociais correspondem a produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis e inovadoras, desenvolvidas em interação com a comunidade e capazes de oferecer soluções efetivas de transformação social nas diferentes realidades onde são aplicadas, conforme definição da Rede de Tecnologias Sociais (RTS).

Os bancos comunitários se caracterizam por alguns aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, destacam-se pela estrutura de gestão baseada na coordenação coletiva das atividades e dos recursos do BCD. Em segundo, operam linhas de microcrédito para produção e consumo local, com juros reduzidos, de modo a favorecer a geração de renda e a criação de oportunidades de trabalho na comunidade. Um terceiro aspecto refere-se ao processo de concessão e cobrança dos empréstimos, que se apoia nas relações de vizinhança e solidariedade, estabelecendo um controle mais social do que econômico. Por fim, incluem a criação de instrumentos alternativos de estímulo ao consumo local — sobretudo a moeda social circulante — reconhecidos e aceitos por produtores, comerciantes e consumidores, contribuindo para dinamizar a economia local (França Filho; Silva Jr., 2009).

O Banco Palmas, criado em 1998 em Fortaleza (CE), constitui a principal referência para os estudos sobre bancos comunitários no Brasil e em diversos países. Sua moeda social, a “Palma”, circula desde o ano 2000 e se consolidou como um instrumento essencial para fortalecer a economia local. As moedas sociais, nesse contexto, contribuem para estimular o consumo interno e assegurar a circulação da renda no território, promovendo dinâmicas de desenvolvimento endógeno e sustentável, como será aprofundado na subseção seguinte.

2.2.3 A moeda social e o estímulo ao comércio comunitário

Na contemporaneidade, moedas sociais emergiram com o intuito de ajudar a comunidade economicamente no qual somam o número de 161 em operação, onde já houve um decaimento após a pandemia da covid 19 chegando a 182 moedas em circulação. Abaixo, o quadro mostra algumas dessas moedas em atividades localizadas principalmente no nordeste do Brasil.

Quadro 1– Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Código	Nome BCD	Nome da Moeda Social	Início das Atividades	Estado	Cidade	Tipo de território de atuação do BCD	Nº de habitantes do território
BCD01	Santa Luzia	Umoja	2016	BA	Salvador	Bairro Planejado	Até 1.000
BCD02	Eco-luzia	Trilha	2005	BA	Simões Filho	Bairro Planejado	Até 1.000
BCD03	Cocais	Cocais	2007	PI	São João do Arraial	Município	De 3.001 a 10.000
BCD04	Ilhamar	Concha	2008	BA	Vera Cruz	Comunidade e tradicional	Até 1.000
BCD05	Casa do Sol	Tinharé	2009	BA	Cairu	Município	De 10.001 a 30.000
BCD06	Quilombola do Iguape	Sururu	2012	BA	Cachoeira	Comunidade e tradicional	De 10.001 a 30.000
BCD07	Rede Opala	Opala	2012	PI	Pedro II	Município	Mais de 30.000
BCD08	Gostoso	Gostoso	2012	RN	São Miguel do Gostoso	Município	De 3.001 a 10.000
BCD09	Jardim Botânico	Orquídea	2013	PA	João Pessoa	Comunidade e tradicional	De 3.001 a 10.000
BCD10	Abrantes	Abrantes	2015	BA	Camaçari	Bairro Planejado	Mais de 30.000
BCD11	Olhos D'Água	Terra	2016	AL	Igaci	Município	De 10.001 a 30.000
BCD12	Amigos do Sertão	Licuri	2016	BA	Guanambi	Município	De 3.001 a 10.000
BCD13	Lagoa	Tim Tim	2016	PB	Lagoa Dentro	Município	De 3.001 a 10.000
BCD14	Pureza	Cristalina	2016	RN	Pureza	Bairro Planejado	De 3.001 a 10.000
BCD15	Ouro Negro	Manguezal	2017	BA	São Francisco do Conde	Comunidade e tradicional	De 3.000 a 10.000
BCD16	Maringá	Margarida	2017	PB	Pombal	Bairro Planejado	De 3.000 a 10.000
BCD17	Retiro	Longá	2017	PI	Esperantina	Município	De 10.001 a 30.000
BCD18	Porto Marruás	Marruás	2017	PI	Porto	Município	De 10.001 a 30.000

Fonte: Costa (2019)

O quadro 1 apresentada demonstra a presença significativa de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) e moedas sociais na região Nordeste,

destacando-se como um território de forte expressão da economia solidária no Brasil. Observa-se que a Bahia lidera em número de experiências, reunindo seis moedas sociais distintas, como a Umoja, Trilha, Cocos, Sururu, Abairas e Concha. Outros estados também se destacam, como o Piauí, a Paraíba, Pernambuco e o Rio Grande do Norte, o que revela a capilaridade desse instrumento financeiro em diferentes contextos territoriais.

Outro aspecto relevante diz respeito ao tipo de território de atuação. Enquanto algumas moedas sociais estão vinculadas a bairros específicos, como a *Umoja*, em Salvador, a maior parte se estende ao âmbito municipal, o que amplia seu impacto econômico e social. Tal característica evidencia a capacidade de as moedas sociais atenderem tanto a comunidades menores quanto a cidades de médio porte, como se verifica nos diferentes portes populacionais da figura 2, que variam de menos de 1.000 habitantes até territórios que chegam a 100.000 habitantes (Souza, 2019).

Em síntese, a articulação entre os conceitos de finanças solidárias, as práticas de microcrédito, fundos rotativos, o papel estratégico dos BCDs e a circulação das moedas sociais revela um campo de experimentação econômica capaz de enfrentar desigualdades estruturais. Tais iniciativas, demonstram que é possível construir alternativas financeiras baseadas na solidariedade e na cooperação, que não apenas promovem inclusão econômica, mas também consolidam projetos de desenvolvimento local e sustentável (Palmas, 2025).

Essa dinâmica fortalece o comércio local, potencializa a geração de emprego e renda e contribui para a construção de identidades territoriais, já que muitas moedas sociais são nomeadas a partir de símbolos culturais da região (Souza, 2019). Assim, as moedas sociais se configuram não apenas como instrumentos monetários alternativos, mas também como práticas de inclusão econômica e de afirmação comunitária.

A partir das discussões desenvolvidas ao longo destes capítulos, torna-se possível compreender os fundamentos que sustentam a economia solidária, suas práticas e instrumentos, bem como o papel das políticas públicas e das moedas sociais na promoção do desenvolvimento local. Esse referencial teórico oferece as bases necessárias para interpretar o caso da Moeda Concha em Matarandiba, iluminando as dinâmicas sociais, econômicas e territoriais que envolvem sua implementação. Com esse marco conceitual, avançamos para a apresentação dos

procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, detalhando as estratégias de coleta, sistematização e análise dos dados que possibilitaram a construção dos resultados discutidos no capítulo seguinte.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o propósito de compreender os significados atribuídos pelos jovens de Matarandiba à moeda social Concha e, ao mesmo tempo, analisar a perspectiva institucional do Banco Comunitário Ilhamar sobre seu papel na dinamização da economia local. A opção por essa abordagem fundamenta-se no entendimento de que a pesquisa qualitativa, conforme Minayo (2011), permite interpretar fenômenos sociais a partir das experiências, percepções e práticas dos sujeitos, privilegiando a compreensão das relações que se estabelecem em contextos concretos. Dessa maneira, a metodologia empregada mostrou-se adequada para apreender as dinâmicas sociais, territoriais e simbólicas que atravessam a experiência da moeda social no cotidiano da comunidade.

O estudo de caso foi adotado como método de pesquisa por permitir uma investigação aprofundada de um fenômeno, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas. Segundo Yin (2015), o estudo de caso é particularmente adequado para pesquisas que buscam compreender processos sociais complexos, relações comunitárias e dinâmicas locais, possibilitando a análise de múltiplas evidências, como documentos, entrevistas e observações. No presente trabalho, o estudo de caso foi utilizado para compreender a experiência da Moeda Concha e do Banco Comunitário Ilhamar na comunidade de Matarandiba, considerando suas especificidades sociais, territoriais e institucionais. Essa estratégia metodológica permitiu captar nuances do protagonismo juvenil e das práticas de economia solidária no território, oferecendo uma compreensão integrada do objeto investigado.

O levantamento dos dados foi realizado em dois momentos complementares. Inicialmente, aplicou-se um questionário estruturado, respondido de forma voluntária pelos jovens da comunidade. O instrumento foi disponibilizado tanto via Google Forms quanto em versão impressa, aplicada presencialmente pela pesquisadora. Para viabilizar essa etapa, contou-se com o apoio das associações locais de Matarandiba, que atuaram na mediação entre a pesquisadora e os respondentes. Ao todo, foram aplicados 30 questionários com jovens de 18 a 25 anos, ao longo de um período aproximado de um mês. Os dados oriundos da aplicação dos questionários foram tratados de forma integrada por meio da estatística descritiva, permitindo a

organização e a sistematização das informações coletadas (quadros e gráficos). A aplicação do questionário, destinado aos jovens da comunidade, buscou apreender a aceitabilidade da moeda, seus impactos na vida comunitária e a contribuição dos projetos vinculados à Concha para a capacitação profissional e o fortalecimento da autonomia juvenil.

Em um segundo momento, procedeu-se à realização de entrevistas semiestruturadas com sujeitos estratégicos envolvidos na gestão e no cotidiano da economia solidária no território: a gestora do Banco Comunitário Ilhamar e uma Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma integrante da Rede Local de Economia Solidária, atuante no Infocentro. Essas entrevistas tiveram como objetivo aprofundar a interpretação dos dados obtidos junto aos jovens, permitindo a triangulação das informações e ampliando a compreensão sobre o funcionamento da moeda social Concha e sua relação com o protagonismo juvenil no território.

Com o objetivo de explicitar de forma sintética e visual a lógica de construção do roteiro de entrevistas, elaborou-se o diagrama a seguir, que apresenta as principais dimensões analíticas e categorias orientadoras da coleta de dados qualitativos. Essas dimensões foram definidas a partir do referencial teórico e do objeto de estudo, buscando assegurar coerência entre os objetivos da pesquisa, o instrumento de investigação e a análise dos dados. O diagrama evidencia a articulação entre perfil institucional, juventude e território, funcionamento do banco comunitário, microcrédito, parcerias institucionais e perspectivas futuras, servindo como guia estruturante para a interpretação das falas das entrevistadas.

Diagrama 1 – Dimensões e categorias analíticas da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A análise dos dados qualitativos foi realizada por meio da análise de conteúdo, conforme a proposta de Bardin (2011), possibilitando a categorização e a interpretação das falas das entrevistadas a partir de eixos temáticos, definidos a partir do referencial teórico e do material empírico. A partir do processo de triangulação entre teoria e dados coletados, esses eixos foram utilizados como base para a organização e estruturação do capítulo de análise dos resultados.

Desse modo, o capítulo de resultados foi construído a partir de quatro eixos centrais: (1) **Fortalecimento Juvenil e Identidade**, que aborda a Moeda Concha como instrumento de pertencimento e resgate cultural; (2) **Economia Solidária e Geração de Renda**, que examina o papel do microcrédito e dos serviços do Banco Comunitário Ilhamar no fomento ao empreendedorismo juvenil; (3) **Desafios e Barreiras**, que discute as dificuldades relacionadas à circulação da moeda e à necessidade de recursos para a expansão do projeto; e (4) **Apoio Institucional e Sustentabilidade**, que avalia a relevância das parcerias para a consolidação e a continuidade do Banco Comunitário.

Ressalta-se que as entrevistas foram realizadas com o consentimento integral das participantes, que autorizaram a transcrição completa dos diálogos, bem como a utilização de trechos das falas ao longo da análise dos resultados, quando pertinente. As entrevistas ocorreram em 02 de setembro de 2025, em horários previamente acordados com as entrevistadas, por meio da plataforma Google Meet. Os quadros de síntese das entrevistas, contendo a categorização das falas, encontram-se apresentados nos Apêndices desta pesquisa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS: A MOEDA CONCHA E O PROTAGONISMO JUVENIL EM MATARANDIBA

O presente capítulo dedica-se à análise e à discussão dos dados empíricos da pesquisa, fundamentando-se na triangulação metodológica entre as diferentes fontes de informação coletadas. Para tanto, articulam-se as percepções qualitativas obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas com a gestora do Banco Comunitário Ilhamar e a Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma, bem como os dados quantitativos resultantes da aplicação de questionários junto à juventude local, no intuito de responder ao problema de pesquisa proposto. O objetivo central consiste em analisar a experiência da Moeda Concha e do Banco Comunitário Ilhamar, estabelecendo um diálogo entre os achados empíricos e o referencial teórico que orienta a nossa pesquisa.

4.1 CONTEXTO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA MOEDA CONCHA

A comunidade de Matarandiba está localizada no município de Vera Cruz, na Ilha de Itaparica, Bahia, e caracteriza-se como um território insular tradicional, historicamente vinculado às atividades da pesca artesanal e da mariscagem. Sua formação social está marcada por fortes laços comunitários, práticas culturais associadas ao modo de vida marítimo e por um relativo isolamento em relação aos principais centros urbanos da região metropolitana de Salvador. Essas características contribuíram para a constituição de um território com identidade própria, no qual o cotidiano, o trabalho e as relações sociais se organizam em estreita conexão com o ambiente natural e com saberes tradicionais transmitidos intergeracionalmente.

Do ponto de vista socioeconômico, Matarandiba apresenta desafios comuns a comunidades tradicionais e periféricas, como restrições de acesso a oportunidades de trabalho formal, renda e serviços públicos, especialmente para a população jovem. Nesse contexto, a organização comunitária e a articulação com universidades, organizações da sociedade civil e políticas públicas assumiram papel central na construção de alternativas de desenvolvimento local. A emergência de iniciativas coletivas no território, como associações comunitárias e empreendimentos de economia solidária, expressa uma estratégia de enfrentamento às desigualdades estruturais e de valorização dos recursos locais, criando as bases para experiências como o Projeto Ecosmar, o Banco Comunitário Ilhamar e a implementação da Moeda Social Concha.

É nesse contexto territorial e socioeconômico, marcado por fortes vínculos comunitários e por desafios estruturais, que emergem as iniciativas de economia solidária em Matarandiba, culminando na criação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar e da Moeda Social Concha.

O Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar e a Moeda Concha (C\$), criados em 27 de abril de 2008, surgiram a partir da articulação entre lideranças comunitárias da vila de pescadores e marisqueiras da comunidade de Matarandiba, a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA) e a empresa Dow Brasil, atuante na extração de sal-gema na região. A iniciativa teve como objetivo central promover a integração socioeconômica da comunidade por meio da oferta de microcrédito solidário, estimulando a produção, o consumo e a prestação de serviços locais, bem como ampliando oportunidades de trabalho e geração de renda, com fortalecimento da cultura e do bem-estar comunitário.

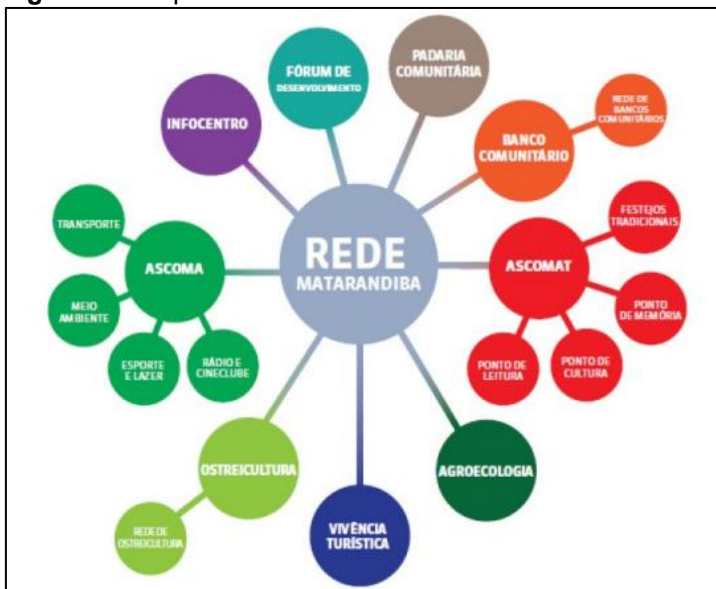
A Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA)¹ é um programa de extensão universitária vinculado à UFBA, que atua no apoio técnico, formativo e metodológico a empreendimentos econômicos solidários, desenvolvendo processos de incubação, assessoria em gestão, formação política e articulação institucional, com vistas ao fortalecimento da economia solidária e do desenvolvimento territorial, tendo atuação na comunidade de Matarandiba desde 2007.

A criação da Moeda Concha está diretamente vinculada ao Projeto Ecosmar (Economia Solidária e Sustentável de Matarandiba), iniciado em 2007, que ao longo de quatro anos desenvolveu um intenso processo de articulação comunitária. Esse processo resultou na constituição de uma rede local e integrada de economia solidária, da qual emergiram diversas organizações e iniciativas em diferentes áreas, como a Associação Comunitária de Matarandiba (ASCOMA), a Associação Sociocultural de Matarandiba (ASCOMAT), o Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar (BCDI), o Infocentro Comunitário de Matarandiba (Informar), o Grupo de Produção Agroecológica de Alimentos, a Padaria Comunitária, o Grupo de Ostreicultura Familiar e o Fórum de Desenvolvimento Comunitário de Matarandiba (FDCM), conforme

¹ Mais informações sobre a ITES/UFBA estão disponíveis em: <https://www.ites.ufba.br>. Acesso em: 13 dez. 2025.

apontam Rigo, França Filho e Leal (2015, p. 23). A figura 2 ilustra a forma como essa rede se estrutura no território.

Figura 2 – Mapa rede Ecosmar



Fonte: Projeto Ecosmar, 2015.

Nesse contexto, o Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar (BCDI) consolida-se como resultado do intercâmbio e da articulação entre os diferentes empreendimentos da rede local de economia solidária. Sua finalidade consiste em promover um sistema integrado de vínculos econômicos, interação, troca de experiências e compartilhamento de saberes, tendo como estratégia central a gestão do desenvolvimento comunitário. Essa abordagem, amplamente utilizada pela ITES/UFBA², reconhece os bancos comunitários como ferramentas centrais das finanças solidárias, fundamentais para o fortalecimento das redes territoriais. A figura 3 apresenta a logomarca reformulada do Banco Comunitário Ilhamar, que simboliza a identidade local por meio de elementos como o barco, o sol e as ondas do mar.

Figura 3 – Nova logomarca do Banco Ilhamar



Fonte: Fundação Banco do Brasil, 2023.

² Mais informações sobre a ITES/UFBA estão disponíveis em: <https://www.ites.ufba.br>. Acesso em: 20 set. 2025.

De acordo com Souza (2019), a constituição do BCD Ilhamar foi marcada por um processo intensivo de mobilização comunitária, envolvendo oficinas, intercâmbios, encontros e seminários. Nesses espaços formativos, a comunidade participou ativamente da definição da estrutura organizacional do banco, de seus serviços, critérios de funcionamento e identidade institucional, incluindo a criação da moeda social Concha e de seus símbolos.

Os debates sobre a gestão administrativa e financeira do banco envolveram decisões relativas às linhas de crédito, valores, taxas de juros, critérios de acesso, adesão dos comerciantes locais e mecanismos de cobrança. Embora esses espaços fossem abertos à participação comunitária, observou-se maior engajamento dos associados da ASCOMA e da juventude local (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015), evidenciando o protagonismo juvenil no processo de construção da iniciativa.

No que se refere às linhas de crédito ofertadas pelo BCD Ilhamar, a produção e a prestação de serviços são financiadas predominantemente em moeda oficial (R\$), enquanto o consumo ocorre majoritariamente por meio da Moeda Concha (C\$), embora também possa envolver o real. O quadro 2 apresenta as principais linhas de crédito disponíveis, seus valores, taxas de juros e prazos, destacando-se o crédito jovem, o crédito para consumo, produção e reforma. A operacionalização desses créditos busca estimular a economia local, sendo acompanhada por processos de capacitação dos moradores quanto ao uso do crédito e de sensibilização dos comerciantes para adesão ao sistema de circulação monetário solidário.

Quadro 2 – Linhas de Créditos do BCD Ilhamar

Linha de financiamento	Juros	Valor	Prazos
Produção	3%	Até \$800,00	6 meses
Reforma	3%	Até \$800,00	6 meses
Créd. Jovem	0,5%	Até \$300,00	4 meses
Consumo	2%	Até \$350,00	4 meses

Fonte: Souza (2019).

A análise financeira geral do BCD Ilhamar, apresentada no Quadro 3, referente ao período de 2008 a 2018, indica que, embora a quantidade de empréstimos concedidos em Conchas (441 operações) e em reais (434 operações) seja relativamente equilibrada, há uma disparidade significativa nos valores acumulados. Enquanto os empréstimos em Conchas totalizaram R\$ 47.809,80, os realizados em reais somaram R\$ 129.115,36. Observa-se, ainda, a predominância da linha de crédito

para consumo, que concentrou mais de 70% das operações realizadas no período analisado.

Quadro 3 – Análise Financeira Geral do BCD Ilhamar, 2008-2018

	Linhas de Créditos	QT. Concha (C\$)	Valores (c\$)	QT. Real (R\$)	Valores (R\$)
Créditos liberados	Consumo	400	R\$ 24.831,80	268	R\$ 51.110,36
	Produção	2	R\$ 250,00	100	R\$ 44.405,00
	Reforma	38	R\$ 22.718,00	63	R\$ 33.250,00
	Créd. Jovem	1	R\$ 10,00	3	R\$ 350,00
	Total	441	R\$ 47.809,80	434	R\$ 129.115,36
	Valor total liberado		R\$ 176.925,16		

Fonte: Souza (2019)

Além de sua função econômica, a Moeda Concha possui forte dimensão simbólica e cultural. As cédulas apresentam elementos representativos da identidade marisqueira e comunitária de Matarandiba, remetendo aos princípios norteadores da economia solidária. A Figura 4 ilustra os símbolos presentes nas cédulas da Moeda Concha, emitidas em frente e verso e distribuídas à comunidade. A partir de sua implementação, a moeda passou a ser aceita em estabelecimentos comerciais locais, incentivando o consumo interno e contribuindo para a constituição de um circuito econômico alternativo (CUNHA, 2022).

Figura 4– Símbolos das cédulas da Moeda Concha (C\$)



Fonte: Projeto Ecosmar 2008

O funcionamento da Moeda Concha articula-se com outros instrumentos das finanças solidárias, como o microcrédito produtivo e os fundos rotativos solidários. Conforme destacam França Filho e Silva Júnior (2009), essa combinação busca estimular o empreendedorismo local, fortalecer redes de cooperação e enfrentar a

exclusão financeira em territórios historicamente desassistidos pelo sistema bancário tradicional. Esse processo evidencia a centralidade da autogestão e da participação comunitária, princípios fundamentais da economia solidária, conforme assinala Singer (2022).

Ao longo de sua trajetória, a Moeda Concha enfrentou desafios relacionados à sustentabilidade financeira, à ampliação da rede de aceitação e à articulação com políticas públicas. Ainda assim, conforme analisam Santos et al. (2019), sua permanência por mais de uma década atesta sua relevância como instrumento de desenvolvimento territorial e inclusão econômica. Inserida em um contexto mais amplo de valorização das moedas sociais no Brasil, a experiência da Moeda Concha confirma o potencial dessas iniciativas na dinamização das economias locais e na promoção de paradigmas econômicos fundamentados na solidariedade, cooperação e sustentabilidade (SOARES, 2009).

4.2 JUVENTUDE, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO NO TERRITÓRIO

A experiência da Moeda Concha e do Banco Comunitário Ilhamar tem contribuído para o fortalecimento do protagonismo juvenil em Matarandiba, especialmente ao articular instrumentos econômicos, processos formativos e experiências comunitárias. Conforme aponta Lopes (2021), ao associar a moeda social a ações educativas, capacitações e projetos formativos, o Banco Ilhamar ultrapassa sua função estritamente econômica, consolidando-se como um polo de desenvolvimento comunitário com dimensão política e pedagógica.

A centralidade da juventude nesse processo pode ser compreendida a partir da literatura que reconhece os jovens como sujeitos estratégicos na construção sociopolítica e cultural do país. Abramovay et al. (2023) destacam que a juventude não constitui uma categoria homogênea ou meramente etária, mas uma condição social atravessada por marcadores como classe, raça, gênero, território e capital social e cultural. Inseridos em uma sociedade marcada por relações adultocêntricas, os jovens frequentemente têm suas experiências e perspectivas desconsideradas, o que limita suas possibilidades de participação efetiva nos processos decisórios.

Nesse contexto, as dificuldades de inserção da juventude no mercado de trabalho capitalista — associadas à falta de experiência profissional, de qualificação técnica e às desigualdades estruturais — levam muitos jovens a buscar alternativas

no campo das políticas públicas e das iniciativas de economia solidária. Como observa Lopes (2011), esses espaços possibilitam não apenas o acesso a oportunidades de formação e trabalho, mas também o desenvolvimento do pensamento crítico e o reconhecimento do potencial juvenil como agente de transformação social.

As experiências de trabalho associado ganham maior relevância quando articuladas a movimentos sociais comprometidos com a primazia do trabalho sobre o capital. Fischer et al. (2011) ressaltam que iniciativas dessa natureza, quando acompanhadas por processos de educação e formação em economia solidária, contribuem para o engajamento crítico da juventude e para a construção de políticas públicas sensíveis às suas demandas e aspirações. Nesse sentido, os empreendimentos solidários — como os bancos comunitários, as moedas sociais e os programas de microcrédito — demandam estratégias específicas de estímulo à participação juvenil, de modo a fortalecer a cooperação e a atuação coletiva.

O fortalecimento da autonomia juvenil em territórios populares, portanto, não se restringe à geração imediata de renda, mas envolve um processo mais amplo de formação, inserção social e construção coletiva (Abramovay et al., 2023). No caso de Matarandiba, destacam-se três dimensões articuladas: as capacitações, o acesso ao microcrédito e as experiências comunitárias.

As capacitações oferecem aos jovens não apenas habilidades técnicas, mas instrumentos de gestão, organização coletiva e reflexão crítica. O microcrédito, por sua vez, possibilita a viabilização de pequenos empreendimentos de base comunitária, geralmente inacessíveis aos mecanismos tradicionais de financiamento. Conforme assinala Tiriba (2011), a formação em práticas de economia solidária permite que os jovens se reconheçam como trabalhadores associados, rompendo com a lógica da subordinação e fortalecendo o protagonismo.

As experiências comunitárias desempenham papel fundamental nesse processo, ao possibilitar a vivência concreta da solidariedade e da autogestão. A inserção dos jovens em associações, cooperativas e bancos comunitários fortalece os laços sociais e fomenta o sentimento de pertencimento ao território, elemento central para a construção da autonomia juvenil. Abramovay et al. (2021) destacam que, em territórios populares marcados por múltiplas vulnerabilidades, as práticas coletivas da economia solidária constituem redes de apoio e proteção social, contribuindo para a redução das desigualdades e para a ampliação das possibilidades de participação

cidadã.

4.2.1 Pertencimento e identidade juvenil

No âmbito da economia solidária, o fortalecimento juvenil ultrapassa a dimensão da inclusão econômica, configurando-se como um processo de emancipação social e política (Singer, 2002). A experiência da Moeda Concha em Matarandiba evidencia esse movimento ao atuar diretamente na construção da identidade e do pertencimento territorial dos jovens.

A noção de território mobilizada nesse contexto vai além de sua dimensão geográfica, assumindo caráter político e simbólico. Conforme Dagnino (2004), o território constitui um espaço de ação coletiva e de resistência. A Moeda Concha materializa essa ressignificação territorial, como destaca a gestora do Banco Ilhamar ao afirmar que a moeda “trabalha o pertencimento e a identidade cultural”, ao estampar símbolos do pescador, da marisqueira e dos produtos do mar, elementos centrais para a subsistência e a cultura local.

Essa leitura é reforçada pela Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma entrevistada, que percebe a moeda como um reflexo da própria comunidade e um instrumento de valorização interna:

“A Concha foi produzida do zero aqui na comunidade. A arte que tem na Concha foi feita por pessoas da comunidade... acho que ela tinha que ser mais valorizada. Porque ela carrega muito da gente.” (Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma, 2025)

Nesse sentido, a moeda social assume o papel de território simbólico (Corrêa, 2011), carregando a memória coletiva e os vínculos afetivos da comunidade.

Ao transformar um instrumento financeiro em um artefato cultural, a Moeda Concha reforça a identidade de uma comunidade tradicionalmente ligada ao mar. Conforme Haesbaert (2004), essa apropriação simbólica do território é fundamental para a construção da identidade coletiva, pois transforma o espaço em um palco de valorização dos saberes locais e das práticas culturais. A experiência de Matarandiba demonstra como mecanismos simbólicos podem fortalecer o pertencimento e o reconhecimento do território como espaço legítimo de produção de vida.

A fala da Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma entrevistada também revela as tensões que atravessam a identidade juvenil no território. Ao comparar a realidade local com percepções externas, ela aponta que a juventude local “faz a gente

parecer ser o que o povo diz, atrasado”, evidenciando a pressão por modelos de desenvolvimento exógenos. No entanto, sua participação em empreendimentos como o Infocentro e o ViverTur, empreendimento econômico solidária de Vivência de Turismo Comunitário, demonstra que a economia solidária oferece caminhos para enfrentar essa segregação simbólica, ao criar espaços de protagonismo e de desenvolvimento de saberes locais (Lopes, 2021).

O engajamento juvenil aparece, nas falas institucionais, como um desafio permanente, especialmente no que se refere à aproximação dos jovens com os projetos integrados à moeda e à rede de economia solidária. Para enfrentar esse desafio, são desenvolvidas estratégias que articulam dimensões sociais e econômicas, como atividades esportivas, cursos de curta duração e ações de educação financeira. A execução de editais voltados ao esporte e à ocupação do tempo livre da juventude configura-se, nesse sentido, como uma prática de resistência à marginalização social (Corrêa, 2011).

A ASCOMA desempenha papel central nesse processo, funcionando como um espaço formativo no qual os jovens são realocados para atividades compatíveis com seus perfis e interesses, garantindo sua permanência e desenvolvimento. A autogestão, princípio fundamental da economia solidária (Singer, 2002), manifesta-se na busca pela participação democrática da juventude nas decisões coletivas, estimulando a autonomia e o controle social sobre os processos comunitários.

Dessa forma, as falas das entrevistadas evidenciam que a Moeda Concha e o Banco Comunitário Ilhamar extrapolam sua função econômica, configurando-se como agentes de transformação social que promovem cidadania ativa e fortalecimento da identidade juvenil. A valorização do vínculo comunitário, do apoio mútuo e da solidariedade (Santos, 2005) é perceptível nas estratégias adotadas para manter os jovens engajados, reafirmando o potencial da economia solidária como alternativa de desenvolvimento enraizada no território.

4.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA, GERAÇÃO DE RENDA E LIMITES DA INCLUSÃO PRODUTIVA

A Economia Solidária, compreendida como alternativa ao modelo capitalista de desenvolvimento (Singer, 2003), tem na inclusão produtiva um de seus pilares centrais (Silva, 2021). No caso do Banco Comunitário Ilhamar, essa inclusão se materializa principalmente por meio da oferta de serviços financeiros solidários, com destaque

para o microcrédito e para a circulação da Moeda Concha, instrumentos voltados ao fortalecimento das economias locais e à ampliação das oportunidades de geração de renda no território.

Nesse sentido, o microcrédito é percebido pelas entrevistadas como um importante motor do desenvolvimento endógeno (Lima, 2020), por partir das demandas e dos recursos existentes na própria comunidade. A gestora do banco destaca sua relevância ao afirmar que “*o microcrédito tem ajudado o jovem a buscar os seus objetivos, seja ele fazer um curso, uma reforma, a compra de um bem*”. Essa fala evidencia o papel do crédito solidário como mecanismo de apoio a trajetórias individuais e coletivas que dificilmente encontrariam respaldo no sistema financeiro convencional.

Essa leitura é reforçada pela Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma entrevistada, que relata o uso do microcrédito para a criação de pequenos empreendimentos, como “*vender roupas, vestuário, cabeleireiro, mais vestuário, manicure também*”. Embora essas iniciativas se desenvolvam em pequena escala, elas representam possibilidades concretas de geração de renda em um contexto marcado pela limitada capacidade de absorção da mão de obra local pelo mercado formal, exemplificado pela presença da empresa Dow Brasil. Assim, a economia solidária atua como alternativa aos processos de segregação econômica, ao fomentar o protagonismo dos sujeitos locais (Singer, 2002; Lopes, 2021).

A atuação do Banco Comunitário Ilhamar, portanto, alinha-se à concepção de finanças solidárias, que prioriza o fortalecimento das economias territoriais e a democratização do acesso ao crédito (Souza, 2019). Ao oferecer diferentes modalidades de financiamento, entre elas o *CredJovem*, o banco evidencia um direcionamento estratégico ao público juvenil. Nessa perspectiva, o BCD não se limita à função de instituição financeira, mas atua como articulador de ações sociais e educativas, reafirmando o território como espaço de construção coletiva (Silva, 2020).

Um aspecto particularmente relevante dessa experiência refere-se à forma como o Banco Ilhamar lida com situações de inadimplência, aplicando na prática os princípios da solidariedade e da cooperação (Santos, 2005). Conforme relata a Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma entrevistada:

“quando a pessoa pega o empréstimo e não tem como pagar, o banco dá a opção de essa devolutiva ser feita no caso de serviço. Se você é um pedreiro,

“você pode fazer algum serviço e, de alguma forma, você está quitando aquilo ali. Se você é um pescador marisqueiro, você pode estar devolvendo no seu produto”. (Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma, 2025)

Essa flexibilização evidencia como os bancos comunitários operam como tecnologias sociais (Rigo et al., 2012 apud Souza, 2019), baseadas na confiança mútua, na reciprocidade e na proximidade das relações, em contraste com a lógica excludente do sistema financeiro tradicional (Singer, 2009).

Além disso, a Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma entrevistada enfatiza o papel do Banco Ilhamar na promoção da educação financeira, elemento central para a autonomia e a sustentabilidade dos empreendimentos juvenis. Ao comparar o banco comunitário com instituições financeiras tradicionais, ela afirma que *“enquanto o banco está limpo te empurrando crédito, o Banco Ilhamar está tentando te conscientizar. Se realmente você precisa daquilo, de gastar. Eu acho que é nível de educação financeira principalmente”*. Essa prática de conscientização, que se contrapõe à lógica do endividamento, reforça o princípio da autogestão (Singer, 2002) e amplia o controle social sobre o uso dos recursos financeiros.

A própria Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma entrevistada relata uma mudança em sua relação com o consumo, ao mencionar que deixou de ser *“extremamente consumista”* para adotar uma postura mais consciente. Esse relato evidencia que a economia solidária, para além da dimensão econômica, constitui também um processo de formação política e de exercício da cidadania (Silva, 2021), no qual a autogestão se estende à gestão da vida financeira pessoal, promovendo o empoderamento social e político (Leal, 2015).

No que se refere à circulação da Moeda Concha, observa-se que ela atua como um mecanismo de dinamização da economia local, ao estimular que a renda gerada permaneça no território (Santos et al., 2019). A Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma entrevistada observa que a *“movimentação é mais forte”* atualmente, em razão da ampliação da adesão do comércio local, o que reforça a função da moeda social de incentivar o consumo de proximidade e fortalecer os circuitos econômicos comunitários.

Apesar desses avanços, a consolidação e a expansão da Moeda Concha enfrentam desafios estruturais, inerentes à inserção da economia solidária em um contexto dominado pela lógica capitalista (França Filho, 2009). A análise das entrevistas evidencia que as principais dificuldades se concentram na circulação da

moeda e na limitação de recursos financeiros disponíveis para a ampliação das ações do banco comunitário.

A resistência de parte do comércio local em aderir plenamente à Moeda Concha constitui um dos principais entraves à sua circulação. A gestora do Banco Ilhamar aponta que muitos comerciantes demonstram receio em aceitar a moeda, por acreditarem que terão prejuízos financeiros, especialmente quando precisam conceder descontos ou devolver troco em Concha. Segundo ela, *“muitos acham que vai estar perdendo dinheiro se darem descontos, mas não pensam no que a Concha pode proporcionar, como, por exemplo, a fidelidade do cliente, maior visibilidade”*. Essa dificuldade revela um desafio recorrente das iniciativas de economia solidária: a necessidade de romper com racionalidades econômicas individualizadas e de curto prazo.

Essa análise é complementada pela Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma entrevistada, que destaca que a limitada aceitação da moeda desestimula o consumo interno, levando moradores a buscar produtos e serviços fora da comunidade. Conforme relata: *“tem jovem que relata a falta de empresas que aceitam a moeda para comprar seus produtos. Isso desestimula o morador a comprar dentro da comunidade, forçando a buscar em outros locais”*. Tal situação evidencia como a fragilidade da circulação monetária pode comprometer os objetivos de fortalecimento da economia local.

A superação desses entraves demanda a construção de confiança, coesão social e processos formativos contínuos (Dagnino; Dias, 2012). A Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma entrevistada sugere que estratégias de *“marketing mais interno”* e de maior *“divulgação das pequenas ações”* poderiam ampliar o sentimento de pertencimento e apropriação da iniciativa pela juventude. Essa observação reforça a importância da formação e da capacitação não apenas em gestão, mas também em comunicação e valorização das práticas solidárias (Gaiger, 2006), elementos essenciais para o fortalecimento da governança democrática dos empreendimentos.

Outro desafio central refere-se à insuficiência de recursos financeiros, que limita o alcance e a sustentabilidade das ações desenvolvidas pelo Banco Comunitário Ilhamar (Silva, 2020). A gestora é enfática ao afirmar que *“é o financeiro, sem sombra de dúvidas. Muita coisa já teria avançado com mais recursos financeiros”*. A dependência de editais e parcerias externas, embora necessária para a manutenção

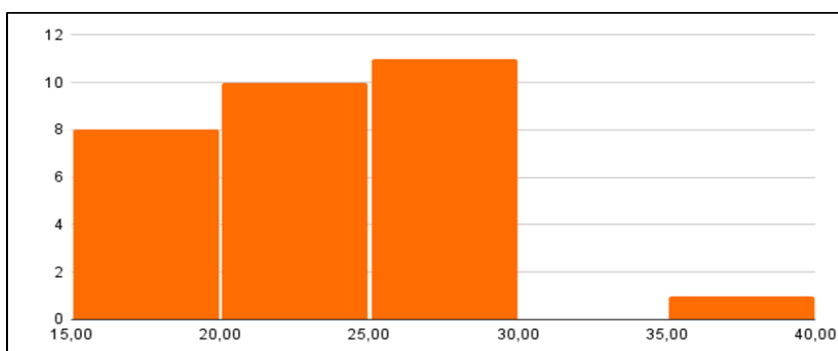
das atividades, expõe vulnerabilidades que dificultam a autonomia financeira do projeto (França Filho, 2009).

Ainda assim, a experiência do Banco Comunitário Ilhamar revela significativa capacidade de resistência e reinvenção (Corrêa, 2011). A flexibilização das formas de devolução do microcrédito e a busca por estratégias internas de engajamento juvenil demonstram como a comunidade enfrenta suas limitações estruturais por meio da organização coletiva e da criação de espaços de autonomia, reafirmando o potencial transformador da economia solidária no território.

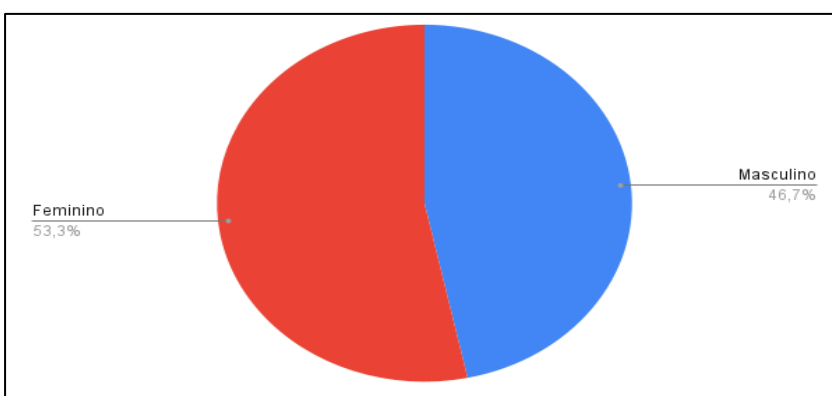
4.4 PERCEPÇÕES DA JUVENTUDE DE MATARANDIBA SOBRE A MOEDA CONCHA

A pesquisa quantitativa, realizada por meio da aplicação de questionário estruturado a 30 jovens da comunidade de Matarandiba, complementa a análise qualitativa das entrevistas, oferecendo uma visão mais ampla sobre as percepções juvenis em relação à Moeda Concha e ao Banco Comunitário Ilhamar. Os dados obtidos foram sistematizados e organizados com o apoio da análise estatística descritiva, o que possibilitou a elaboração dos gráficos apresentados a seguir. Esses gráficos expressam a distribuição das respostas dos participantes e subsidiam a interpretação dos resultados, articulando os achados quantitativos com a análise qualitativa. A seguir, apresentam-se os principais resultados organizados a partir de blocos analíticos, de modo a facilitar a compreensão dos dados e sua interpretação.

No que se refere ao perfil dos participantes, observa-se que, embora o recorte da pesquisa contemplasse jovens entre 18 e 25 anos, a maior concentração dos respondentes situou-se na faixa etária entre 25 e 30 anos, conforme indicado no Gráfico 1. Esse dado é relevante, pois o tempo de permanência no território e a trajetória de participação comunitária podem influenciar as percepções acerca do banco comunitário e da moeda social. Quanto ao gênero, o Gráfico 2 demonstra uma participação ligeiramente maior de mulheres (53,3%) em relação aos homens (46,7%), o que dialoga com a literatura sobre economia solidária, que aponta a expressiva presença feminina nesses empreendimentos como elemento de inclusão social e fortalecimento comunitário (Oliveira, 2019).

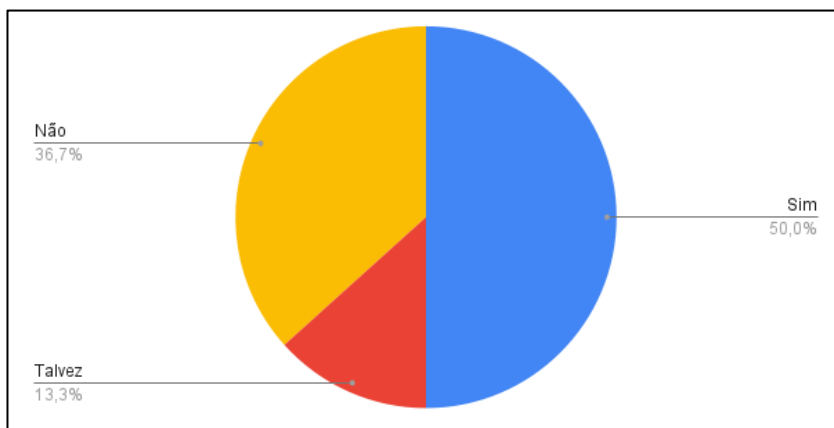
Gráfico 1– Idade

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2025).

Gráfico 2– Gênero

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2025).

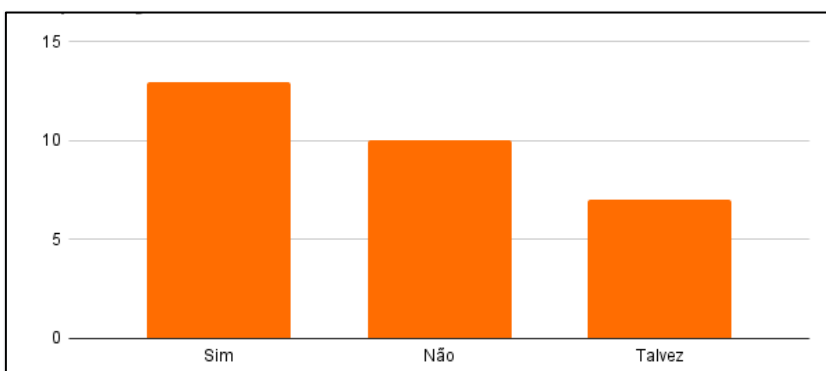
Em relação à influência dos projetos comunitários vinculados à economia solidária, os dados indicam percepções diversas entre os jovens. Conforme apresentado no Gráfico 3, 50% dos respondentes afirmaram perceber influência positiva desses projetos, sobretudo associada às oportunidades de capacitação e participação em cursos de curta duração promovidos pela associação comunitária. Por outro lado, 36,7% relataram não perceber tal influência, indicando a busca por oportunidades de trabalho de forma autônoma, enquanto 13% afirmaram que “talvez” exista algum impacto. Essa distribuição evidencia que, embora a economia solidária produza efeitos positivos no território, sua capacidade de gerar inserção produtiva ampla para a juventude ainda é limitada, corroborando a análise de Silva (2021) sobre os desafios enfrentados por iniciativas solidárias em contextos de forte restrição estrutural.

Gráfico 3 – Projetos

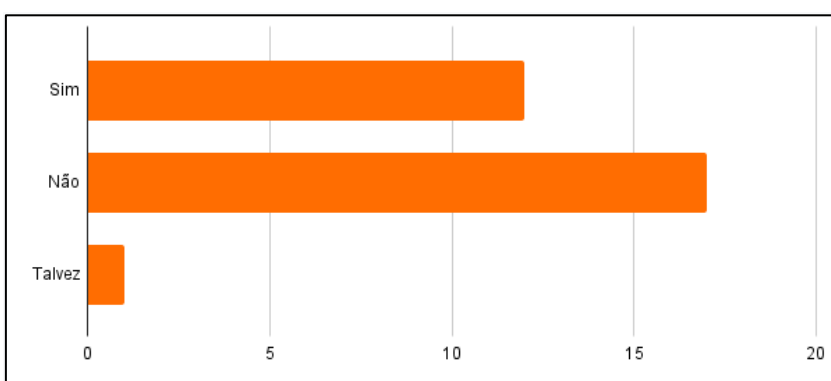
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2025).

Quando questionados sobre as mudanças percebidas antes e depois da implantação da Moeda Concha, do Banco Comunitário e da associação comunitária, os resultados apresentados no Gráfico 6 indicam que 13 jovens afirmaram perceber diferenças positivas, enquanto 10 responderam negativamente e 7 manifestaram incerteza. Embora não haja consenso, a percepção majoritária de mudança reforça a compreensão do BCD como um agente de transformação social e um catalisador de desenvolvimento endógeno no território (França Filho, 2009), contribuindo para a construção de um espaço de resistência e ação coletiva (Corrêa, 2011).

No que se refere à inserção no mercado de trabalho após a participação em projetos vinculados ao banco comunitário, o Gráfico 7 revela uma divisão significativa: 56,7% dos jovens afirmaram não ter conseguido inserção profissional, enquanto 40% relataram experiências positivas nesse sentido. Esse resultado evidencia a necessidade de maior articulação entre as ações de capacitação promovidas no território e as demandas do mercado de trabalho local e regional, reforçando a importância de políticas públicas integradas de geração de renda e trabalho (Geiger, 2006).

Gráfico 6– Projeto pós Banco

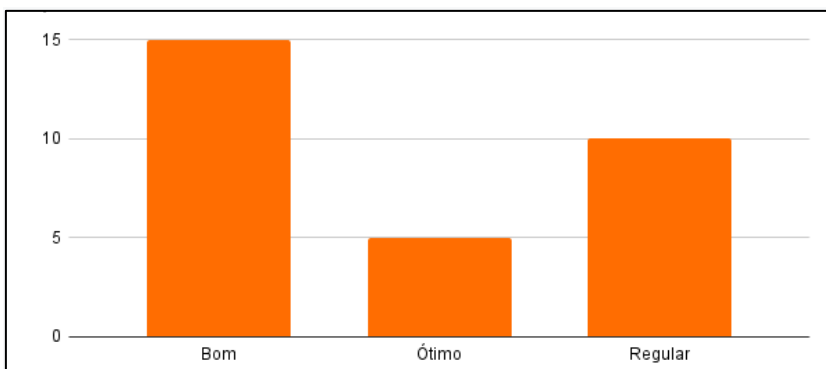
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2025).

Gráfico 7– Oportunidades

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2025).

No que diz respeito à aceitabilidade da Moeda Concha e do Banco Comunitário Ilhamar, os dados revelam uma avaliação predominantemente positiva por parte dos jovens. O gráfico 4 demonstra que a maioria reconhece que a moeda, o banco e os projetos associados “fazem a diferença” na comunidade, especialmente quando comparados ao período anterior à implantação do BCD, em 2008. Esse reconhecimento aponta para uma mudança significativa na percepção das oportunidades econômicas e sociais disponíveis no território, reforçando o papel simbólico e identitário da moeda social como instrumento de fortalecimento comunitário (França Filho, 2009; Silva, 2021).

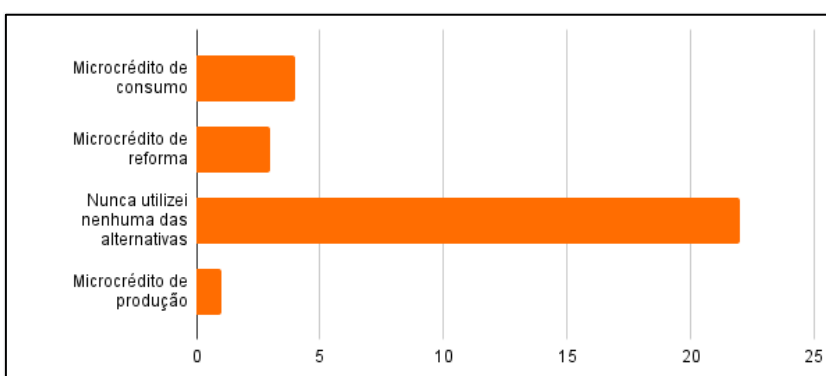
Gráfico 4– Aceitabilidade da Moeda



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2025).

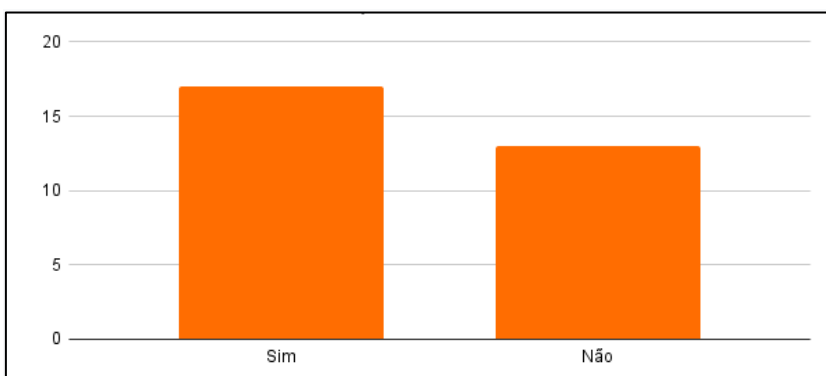
Entretanto, ao analisar a utilização efetiva dos instrumentos de finanças solidárias, especialmente o microcrédito, observa-se uma contradição relevante. Conforme indicado no gráfico 5, 73,3% dos jovens afirmaram nunca ter acessado nenhuma linha de microcrédito oferecida pelo banco comunitário, sendo reduzido o número daqueles que recorreram aos créditos de consumo, reforma ou produção. Esse dado sugere que, embora a moeda e o banco sejam amplamente reconhecidos como iniciativas positivas, o principal instrumento de inclusão produtiva do BCD ainda não alcança a maioria da juventude local. Tal cenário indica a necessidade de intensificar estratégias de divulgação, orientação e adequação das linhas de crédito às demandas juvenis, conforme apontam Singer (2009) e Lima (2020).

Gráfico 5– Microcréditos



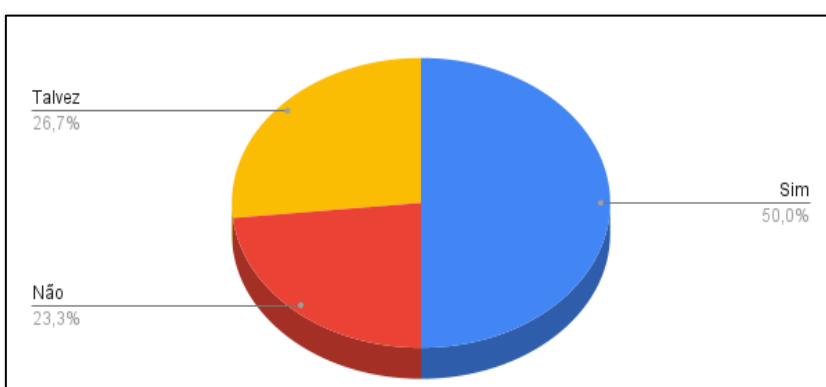
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2025).

A pesquisa também investigou se a Moeda Concha e os projetos a ela associados incentivam a busca por formação em nível superior. Conforme apresentado no Gráfico 8, 16 jovens responderam positivamente, enquanto 14 afirmaram não perceber esse incentivo. Ainda que a promoção da educação superior não constitua um objetivo direto do banco comunitário, esse resultado sugere que a experiência contribui para a ampliação das capacidades humanas e para o fortalecimento da autonomia juvenil (Conceição et al., 2024; Leal, 2015).

Gráfico 8– Incentivo ao ensino superior

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2025).

Por fim, a avaliação geral sobre o grau de satisfação dos jovens em relação à Moeda Concha e aos projetos comunitários, apresentada no Gráfico 9, indica que 50% dos respondentes se declararam satisfeitos, enquanto a soma dos insatisfeitos (23,3%) e dos que manifestaram incerteza (26,7%) corresponde à outra metade da amostra. Esse dado evidencia que, apesar dos avanços, persistem limitações estruturais que restringem o pleno desenvolvimento profissional e social da juventude local. As sugestões abertas apresentadas pelos jovens — que incluem maior oferta de cursos de capacitação alinhados ao mercado, geração de empregos formais e investimentos em educação, esporte e lazer — reforçam a necessidade de articulação entre o Banco Comunitário Ilhamar, a ASCOMA e políticas públicas mais amplas de desenvolvimento territorial (Corrêa, 2011).

Gráfico 9– Satisfação geral

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2025).

De forma sintética, os dados quantitativos revelam que a Moeda Concha e o Banco Comunitário Ilhamar exercem um papel relevante no fortalecimento simbólico, identitário e comunitário da juventude de Matarandiba. Contudo, o principal desafio permanece na transformação desse reconhecimento em inclusão produtiva efetiva para a maioria dos jovens, exigindo o aprofundamento das estratégias de

financiamento solidário, capacitação e articulação institucional.

4.5 SÍNTESE ANALÍTICA DA EXPERIÊNCIA: JUVENTUDE, MOEDA SOCIAL E SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS

A consolidação da economia solidária como alternativa de desenvolvimento endógeno está diretamente relacionada à capacidade de articulação entre iniciativas comunitárias, apoio institucional e políticas públicas (França Filho, 2009; Brasil, 2024). A experiência do Banco Comunitário Ilhamar e da Moeda Concha evidencia que a sustentabilidade de projetos dessa natureza depende de uma combinação entre capital financeiro, capital social e processos formativos contínuos, construídos a partir da interação entre comunidade, universidade e parceiros externos.

Nesse sentido, as entrevistas revelam o papel central desempenhado por duas parcerias estratégicas na trajetória do Banco Comunitário Ilhamar: a Dow Brasil e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Conforme destaca a gestora do banco:

“no caso da Dow ela foi uma empresa de muita importância para nós porque buscou ajudar a comunidade com esse projeto inicialmente. Ele ajuda como financiador em alguns empreendimentos da rede. Já a UFBA foi bastante a orientação técnica, acadêmica, a de qualificação”. (Gestora do BCD Ilhamar, 2025)

A atuação da Dow como financiadora inicial foi determinante para a constituição do fundo de capital de giro, elemento essencial à viabilidade econômica da iniciativa. Já a UFBA, por meio da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES), desempenhou papel fundamental na democratização do conhecimento, na formação política e na qualificação da gestão participativa, aspectos centrais para a inovação e o fortalecimento dos empreendimentos solidários (Gaiger, 2006; Oliveira et al., 2024).

A gestora também aponta que, ao longo do tempo, o banco passou a buscar apoio de políticas públicas por meio da participação em editais, estratégia alinhada ao processo de institucionalização da economia solidária no Brasil (SENAES, 2025). Ao mesmo tempo, ela ressalta que o Banco Comunitário Ilhamar vem “*buscando aos poucos se desvincular para se desenvolver*”, o que expressa a tensão permanente entre a necessidade de apoio institucional e a busca por maior autonomia organizativa, característica das experiências de finanças solidárias (França Filho; Rigo, 2015).

Do ponto de vista da juventude, a parceria com a UFBA e a atuação da ASCOMA e do Banco Comunitário ampliam significativamente as redes de sociabilidade, formação e participação social. A Jovem Conselheira de Comunicação

da Ascoma entrevistada destaca essa dimensão ao afirmar: *“eu nasci numa faculdade, né? Universidade de alunos... a gente tem contato com muitas pessoas. Tanto aqui na comunidade quanto fora. A gente participa de muitos eventos, muitas conferências, enfim”*. Essa vivência em rede, possibilitada pelo suporte institucional, contribui para a ampliação das capacidades humanas (Conceição et al., 2024) e para o empoderamento político e social da juventude, ao inserir os jovens em espaços de circulação de saberes e de construção coletiva (Leal, 2015).

A análise comparativa das percepções da gestora e da Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma revela diferentes camadas de experiência e expectativa em relação ao projeto. Enquanto a gestora, a partir de uma perspectiva histórica e de gestão, enfatiza os desafios estruturais, financeiros e institucionais necessários à sustentabilidade do Banco Comunitário, a Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma destaca os impactos subjetivos e formativos da experiência, como a educação financeira, a conscientização e o fortalecimento do pertencimento comunitário. Essa diferença de foco não representa contradição, mas evidencia a complexidade da economia solidária, que exige a articulação entre dimensões macroestruturais e vivências cotidianas.

Nesse sentido, o quadro 4 sintetiza essas percepções contrastantes, evidenciando que, para a sustentabilidade da experiência, são necessários tanto o capital financeiro e institucional quanto o capital social e humano, construído no cotidiano da comunidade.

Quadro 4 – Comparativo de percepções sobre a Moeda Concha e o Banco Comunitário entre a Gestora e Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma

Eixo de contraste	Visão da Gestora	Visão da Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma	Implicação teórica
Desafio principal	Financeiro e aceitação do comerciante	Falta de trabalho local e necessidade de “marketing interno”	A Gestora enfatiza a vulnerabilidade externa (Silva, 2020); Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma aponta barreiras estruturais e comunicacionais (Gaiger, 2006).

Eixo de contraste	Visão da Gestora	Visão da Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma	Implicação teórica
Impacto mais forte	Fortalecimento de laços e senso de identidade	Educação financeira e conscientização contra o endividamento	A Gestora destaca a solidariedade (Santos, 2005); Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma enfatiza a autogestão e a transformação de hábitos (Singer, 2002).
Inovação operacional	Microcrédito (CredJovem) e serviços	Devolutiva em serviço/produto	Evidencia a aplicação prática das tecnologias sociais e da reciprocidade (Rigo et al., 2012 apud Souza, 2019).

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2025).

No que se refere aos desafios, a triangulação dos dados confirma que a circulação da Moeda Concha e a limitação de recursos financeiros constituem os principais entraves à ampliação da iniciativa. A resistência de parte do comércio local à aceitação da moeda é apontada pela gestora como um problema recorrente, uma vez que muitos comerciantes acreditam que *“vai estar perdendo dinheiro se darem descontos”*, sem considerar benefícios como fidelização e maior visibilidade. Essa dificuldade é reforçada pela Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma entrevistada, que observa que a falta de estabelecimentos que aceitam a moeda *“desestimula o morador a comprar dentro da comunidade, forçando a buscar em outros locais”*, comprometendo o fortalecimento dos circuitos econômicos locais.

A superação desses entraves demanda a construção de confiança, coesão social e processos formativos contínuos (Dagnino; Dias, 2012). A sugestão da Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma de investir em *“marketing mais interno”* e na *“divulgação das pequenas ações”* aponta para a necessidade de ampliar estratégias de comunicação, formação e valorização das iniciativas locais, de modo a fortalecer o engajamento juvenil e a governança democrática dos empreendimentos (Gaiger, 2006).

Outro desafio central refere-se à insuficiência de recursos financeiros, apontada de forma enfática pela gestora ao afirmar que *“é o financeiro, sem sombra de dúvidas. Muita coisa já teria avançado com mais recursos financeiros”*. A dependência de

editais e parcerias externas, embora necessária para a manutenção das atividades, gera vulnerabilidades e reforça a necessidade de mecanismos de financiamento mais estáveis e autônomos, compatíveis com as especificidades das finanças solidárias (França Filho, 2009; Silva, 2020).

Apesar dessas limitações, a experiência do Banco Comunitário Ilhamar demonstra significativa capacidade de resistência e reinvenção. A flexibilização das formas de devolução do microcrédito, a valorização do trabalho e dos produtos locais e a articulação entre formação, geração de renda e participação comunitária evidenciam o potencial da economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial. Assim, a Moeda Concha e o Banco Comunitário Ilhamar configuram-se como uma experiência concreta de desenvolvimento interno (França Filho, 2009), que, mesmo inserida em um contexto capitalista adverso, promove a inclusão produtiva, o fortalecimento juvenil e a construção de novas formas de organização econômica e social fundamentadas na solidariedade, na cooperação e na participação cidadã (Conceição et al., 2024).

Os resultados apresentados neste capítulo subsidiam as reflexões desenvolvidas nas considerações finais, nas quais se retomam os objetivos da pesquisa e se discutem, de forma sintética, os limites e as potencialidades da experiência da Moeda Concha e do Banco Comunitário Ilhamar enquanto estratégia de desenvolvimento territorial e fortalecimento juvenil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender a experiência da Moeda Concha e do Banco Comunitário Ilhamar na comunidade de Matarandiba, no município de Vera Cruz (BA), com foco nos impactos dessa tecnologia social na vida econômica e social dos jovens de 18 a 25 anos. A questão norteadora da pesquisa — de que forma a Moeda Concha impacta a vida econômica e social da juventude local — foi respondida a partir da triangulação entre o referencial teórico, os dados qualitativos provenientes das entrevistas e os dados quantitativos obtidos por meio dos questionários. A análise realizada permite afirmar que os impactos da Moeda Concha extrapolam a dimensão estritamente econômica, alcançando aspectos simbólicos, identitários, formativos e de participação cidadã.

No plano econômico, a Moeda Concha atua como instrumento de dinamização da economia local, ao estimular a circulação interna da renda e fomentar iniciativas de empreendedorismo juvenil por meio do microcrédito solidário. Entretanto, os dados quantitativos revelam uma contradição relevante: embora a aceitabilidade da moeda seja elevada — com 83,3% dos jovens avaliando-a como boa ou ótima —, a adesão ao microcrédito permanece limitada, uma vez que 73,3% dos respondentes afirmaram nunca ter utilizado esse serviço. Esse dado evidencia que, apesar do reconhecimento simbólico e comunitário da moeda, persistem barreiras estruturais que dificultam a transformação do potencial de inclusão produtiva em oportunidades econômicas efetivas para a maioria da juventude.

Sob a perspectiva social, a Moeda Concha contribui para o fortalecimento do pertencimento territorial e da identidade cultural, ao se constituir como um território simbólico que expressa a memória coletiva e os vínculos comunitários de Matarandiba. A articulação entre o Banco Comunitário Ilhamar e a Associação Comunitária de Matarandiba (ASCOMA) configura-se como um espaço privilegiado de formação, engajamento e protagonismo juvenil, no qual os jovens são inseridos em processos coletivos de autogestão, aprendizagem e participação social.

Os objetivos específicos propostos foram alcançados ao longo da investigação. No que se refere à identificação das formas de utilização e da aceitabilidade da Moeda Concha, constatou-se que seu uso está diretamente associado ao fortalecimento do comércio local, sendo sua aceitação majoritariamente positiva. Quanto à análise da influência da economia solidária no desenvolvimento social e profissional da

juventude, verificou-se que 50% dos jovens percebem impactos positivos, sobretudo por meio das capacitações ofertadas, que contribuem para a formação de capital humano e social.

A percepção da ASCOMA como uma “escola” e a ênfase atribuída à educação financeira reforçam o papel da economia solidária na transformação das relações sociais e na promoção da cidadania ativa. No que diz respeito à regulamentação e à interação do Banco Comunitário Ilhamar com as políticas públicas, confirmou-se sua atuação como mediador e articulador institucional, buscando a sustentabilidade da experiência por meio de parcerias estratégicas com a universidade (UFBA) e a iniciativa privada (Dow Brasil), em consonância com o processo de institucionalização da economia solidária no Brasil.

Apesar dos avanços identificados, os desafios permanecem significativos. A percepção dos jovens quanto à efetividade dos projetos na inserção no mercado de trabalho é dividida, uma vez que 56,7% afirmaram não ter vivenciado essa possibilidade. Esse dado, associado à baixa adesão ao microcrédito, aponta para a necessidade de intensificar a articulação entre as ações formativas, as demandas do mercado de trabalho local e regional e as estratégias de geração de renda. Além disso, a limitação na circulação da moeda e a insuficiência de recursos financeiros configuram obstáculos estruturais à consolidação da economia solidária em um contexto marcado pela hegemonia da lógica capitalista.

Como toda investigação científica, este estudo apresenta limitações que devem ser explicitadas. Destacam-se, nesse sentido, o número restrito de entrevistas realizadas e a dimensão da amostra quantitativa, composta por 30 jovens, o que impede a generalização dos resultados para toda a população juvenil da comunidade. Ademais, o predomínio da abordagem qualitativa limitou a análise de dados quantitativos mais aprofundados sobre a circulação da Moeda Concha e os resultados econômicos de longo prazo dos microcréditos concedidos.

O presente estudo, como toda investigação científica, possui limitações que devem ser explicitadas para garantir a transparência metodológica. As principais restrições identificadas concentram-se na amostra restrita, que se baseou em apenas duas entrevistas semiestruturadas com atores engajados e um questionário com 30 jovens, o que impede a generalização dos resultados para toda a população juvenil de Matarandiba. Além disso, o foco qualitativo predominante limitou a coleta de dados

quantitativos mais aprofundados sobre o volume de circulação da Moeda Concha e a taxa de sucesso dos microcréditos.

A partir dessas limitações e dos achados da pesquisa, sugerem-se algumas recomendações para estudos futuros. Ressalta-se a importância da realização de pesquisas longitudinais e quantitativas que acompanhem a trajetória de jovens empreendedores, utilizando indicadores capazes de mensurar o impacto econômico da Moeda Concha ao longo do tempo. Recomenda-se, ainda, o aprofundamento da análise sobre a governança e a autonomia do Banco Comunitário, especialmente no que se refere à participação juvenil nos processos decisórios, bem como a realização de estudos comparativos com outras comunidades que adotam moedas sociais. Por fim, destaca-se a relevância de investigar o papel das tecnologias digitais, explorando o potencial da Moeda Concha digital como estratégia para ampliar a circulação monetária e o engajamento da juventude.

Em síntese, a experiência da Moeda Concha e do Banco Comunitário Ilhamar evidencia o potencial das tecnologias sociais e da economia solidária para promover formas alternativas de desenvolvimento local, mais inclusivas e socialmente enraizadas. Embora a iniciativa se consolide como uma importante “escola” de cidadania, solidariedade e participação juvenil, sua capacidade de se afirmar como estratégia mais ampla de inclusão produtiva depende do fortalecimento das condições institucionais, financeiras e políticas que sustentam o projeto. A superação dessas barreiras é fundamental para que o potencial transformador da economia solidária se converta em oportunidades concretas de trabalho, renda e autonomia para a juventude de Matarandiba, reafirmando seu papel como projeto de transformação social e econômica.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; PINHEIRO, Leonardo de Castro; LIMA, Fabiano de Sousa; MARTINELLI, Cláudia da Costa. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília, DF: Flacso, 2021. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2021/10/JEV_arquivofinal.pdf. Acesso em: 21 ago. 2025.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude e mudança social**. São Paulo: Cortez, 2002.
- ARAÚJO, Gabriela. Matarandiba, na Ilha de Itaparica, dribla crise com uso de moeda própria. *Tribuna da Bahia*, 2021. Disponível em: <https://www.trbn.com.br/materia/l43665/>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- BERTUCCI, Ademar; SILVA, Roberto M. A. **Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PAC à EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.
- BOMFIM, Felipe Rodrigues. **Economias criativas no Brasil: um estudo de caso das abordagens conceituais expressas nos documentos oficiais do governo, na literatura e nas agências de fomento da Bahia**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23525/1/Tese>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- BRASIL. Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024. **Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária**; cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes) e altera o Código Civil. *Diário Oficial da União*, 24 dez. 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/>. Acesso em: 19 ago. 2025.
- CATTANI, Antônio David et al. (org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra–São Paulo: Edições Almedina, 2009.
- CONCEIÇÃO, Tamires Lordelo Costa. **Moeda social e bancos comunitários de desenvolvimento: análise de dois circuitos monetários alternativos no Piauí**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32192>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- CUNHA, Maiara da Silva. **Economia solidária: análise da utilização da moeda social Justo pelos estabelecimentos da Vila Nossa Senhora Aparecida em Porto Alegre RS**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2022. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/12835/>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- DOS ANJOS, Eva Carvalho; AMOROSO, Dom Timóteo. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. 2024. Disponível em: <https://ppqhis.uneb.br/wp-content/uploads/2024/09/>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- FARIAS, Magno; SOARES, Jéssica. **Microcrédito Solidário x Microcrédito Convencional**. *Revista das ITCPs*, v. 2, n. 1, p. 100–115, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/ITCP/article/download/27337/20031>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Bancos comunitários de desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias: por uma outra**

abordagem da inclusão financeira. Fortaleza, CE: Arte Visual, 2013.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Banco Comunitário de Desenvolvimento Social**. 2017. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/banco-comunitario-de-desenvolvimento-social>. Acesso em: 14 jul. 2025.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Banco Comunitário Ilhamar: identidade visual e logomarca**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.fbb.org.br/banco-comunitario-ilhamar>. Acesso em: 20 ago. 2025.

GOULART, Bruno. **Olhares da antropologia brasileira sobre África: pesquisas e desafios**. *Ayé: Revista de Antropologia*, v. 6, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/article/download/2047/1529>. Acesso em: 14 jul. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico Vera Cruz Bahia**. 1980. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vera-cruz/historico>. Acesso em: 14 jul. 2025.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **Rede Brasileira de Bancos Comunitários**. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

LEAL, Leonardo Prates. **Gestão coletiva dos bens comuns na experiência dos bancos comunitários de desenvolvimento: o caso de Matarandiba**. 2015.

LIETAER, Bernard; KENNEDY, Margrit. **Monedas regionales: nuevos instrumentos para una prosperidad sustentable**. Prefácio de Michel Rocard. s.l.: La Hydra de Lerna Ediciones, 2010.

LOPES, Ana Paula Araújo. **Práticas e experiências de Economia Solidária no contexto territorial da Região Sisaleira da Bahia**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, 2021.

MACHADO, Renata Freitas. **As folhas vermelhas do mangue: uma etnografia sobre os mortos, a morte e a maré (Matarandiba, BA)**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-17092019>. Acesso em: 14 jul. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

NARCISO, Vaneza. **Matarandiba na Bahia – uma breve visita**. 2019. Disponível em: <https://www.vanezacomz.com.br/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

NESOL-USP – NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Finanças Solidárias (Cadernos de Finanças Solidárias)**. São Paulo: NESOL-USP, 2015.

OSÓRIO, Ubaldo. **A ilha de Itaparica: história e tradição**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

PROJETO ECOSMAR. **Relatório final: etapa I**. Vera Cruz, BA, maio 2008.

QUEIROZ, Vitória (reportagem). **Brasil registrou R\$ 1 bilhão em transações com moedas sociais em 2024**. *CNN Brasil*, 2 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia>. Acesso em: 19 ago. 2025.

REICHERT, Henrique; CUSTODIO, Caroline; ANJOS, Edilene Cavalcanti dos. Vera Cruz BA. **Caravelas Dados e Estatística**, 2023. Disponível em:

<https://www.caravela.info/regional/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LEAL, Leonardo Prates. **Moedas sociais nos bancos comunitários de desenvolvimento: a experiência das Conchas em Matarandiba/BA.** *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 4, n. 2, p. 23–45, 2015. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/4f07/15>. Acesso em: 14 jul. 2025.

RIGO, Ariadne; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Políticas de Microcrédito no Brasil: uma Análise a Partir do Caso dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs).** In: VI ENAPEGS, 2012.

SANTANA, C. A. **Bancos comunitários de desenvolvimento e o apoio à promoção do desenvolvimento local: o caso do Banco Ilhamar.** 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SANTANA, Clarissa Almeida de. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento e o apoio à promoção do desenvolvimento local: o caso do Banco Ilhamar.** 2015.

SANTOS, Jaqueline Braga; CONCEIÇÃO, Valdir Silva da; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Papel e relevância dos bancos comunitários de desenvolvimento: o caso de Matarandiba em Vera Cruz BA.** *Revista Formadores – Vivências e Estudos*, v. 12, n. 5, p. 47–52, dez. 2019. Disponível em:

<https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/download/1266/930>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SENAES/MTE. **Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento.** Conferência Nacional de Economia Solidária, Documento Final. Brasília, 2007.

SILVA, Alice Oliveira da et al. **O artesanato como elemento de reprodução sociocultural no território quilombola Serra das Viúvas.** 2024. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/bitstream/123456789/14426/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Utilidade social e finanças solidárias: uma proposta de avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros.** Salvador–2016. 291.p

SINGER, Paul. **O Banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária.** In: NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (NESOL/USP); INSTITUTO PALMAS. *Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando.* São Paulo: A9 Editora, 2013.

SINGER, Paul; SINGER, André; SINGER, Suzana; SINGER, Helena. **Economia solidária: introdução, história e experiência brasileira.** São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2022.

SOARES, C. L. B. Moeda Social. In: CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra–São Paulo: Edições Almedina, 2009, p. 255–259.

SOUZA, Elenita Barbosa de. **As Políticas de Finanças Solidárias no Brasil e as Experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs): um estudo sobre o Banco Comunitário de Matarandiba – BCD Ilhamar-BA.** 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29404/1/>. Acesso em: 19 ago.

2025.

SOUZA, Viviane Silva de et al. **Análise dos projetos em funcionamento de moeda social como indutora da inclusão social e desenvolvimento local, num contexto da economia solidária.** *Anais do V Congresso em Desenvolvimento Social*, 2015.

TIRIBA, Lia; BUENO FISCHER, Maria Clara. **Formação de jovens trabalhadores associados na produção da vida:** questões para debate. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 14, n. 1, p. 13–29, 2011. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpst/article/view/25713>. Acesso em: 21 ago. 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: **“Economia Solidária e Juventude: práticas de fortalecimento juvenil a partir da experiência da Moeda Concha em Vera Cruz, Bahia”**, desenvolvida por **Laiane Lima Pereira**, estudante do curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus V, sob orientação da Professora Me. Elenita Barbosa de Souza.

O objetivo da pesquisa é **analisar a importância da moeda social Concha para os jovens da comunidade de Matarandiba, em Vera Cruz/BA, considerando os resultados econômicos e sociais gerados desde a sua implementação.**

Sua participação consistirá em conceder uma entrevista semiestruturada, com duração estimada entre 30 e 40 minutos. As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, respeitando-se os princípios éticos de confidencialidade e privacidade.

É importante esclarecer que:

- Algumas perguntas do roteiro podem gerar **desconforto ou constrangimento**. Caso isso ocorra, você **não é obrigado(a) a responder** e pode solicitar a interrupção da entrevista a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.
- Sua participação é **voluntária**, e você poderá desistir de continuar em qualquer fase, sem penalidade.
- As informações coletadas poderão ser utilizadas em relatórios, apresentações e publicações acadêmicas.
- Nenhum dado pessoal dos participantes será identificado sem consentimento expresso.

Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos da pesquisa, a forma de participação, os possíveis riscos e benefícios, e que aceito participar livremente.



Nome do(a) participante: Flávia Clara Alves dos Santos

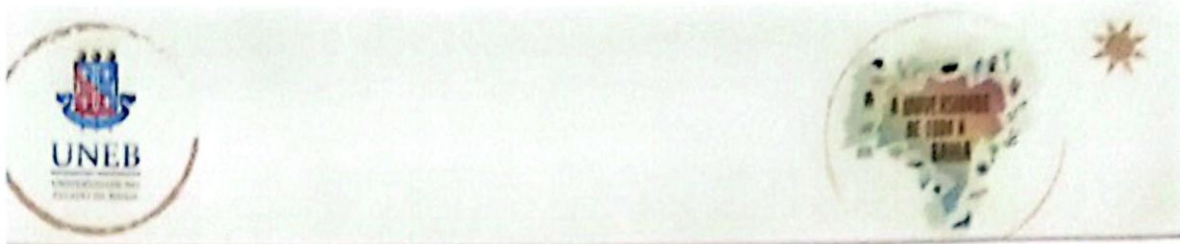
Santo Antônio de Jesus, _____ de _____ de 2025.

Contato da pesquisadora: laiane2909@gmail.com

Laiane Lima Pereira – Estudante de Administração – UNEB – Campus V

Contato da orientadora: elenitasouza@uneb.br

Profª Me. Elenita Barbosa de Souza – UNEB – Campus V



Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos da pesquisa, a forma de participação, os possíveis riscos e benefícios, e que aceito participar livremente.

Nome do(a) participante: Flávia Lima Santos Cavalcante

Santo Antônio de Jesus, 02 de Outubro de 2025.

Contato da pesquisadora: laiane2909@gmail.com

Laiane Lima Pereira – Estudante de Administração – UNEB – Campus V

Contato da orientadora: elenitasouza@uneb.br

Profª Me. Elenita Barbosa de Souza – UNEB – Campus V

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com a gestora do BCD Ilhamar

Este roteiro de entrevista faz parte da pesquisa de TCC de Laiane Lima Pereira, intitulada “Economia Solidária e Juventude: A importância da Moeda Concha na Comunidade de Matarandiba, Vera Cruz/Ba”. O objetivo da aplicação do roteiro é analisar como a Moeda Concha contribui para o fortalecimento juvenil (18–25 anos) em Matarandiba, integrando percepções, experiências e significados atribuídos à moeda Concha, tanto por jovens quanto pela gestão do Banco Comunitário Ilhamar, de modo a aprofundar os dados qualitativos para sustentar a análise.

Data: ___ / ___ / ____

Bloco 1 - Identificação do Entrevistada

1. Para iniciar nossa conversa, poderia falar um pouco sobre você? (nome, idade, atuação nos empreendimentos da rede Ecosmar, tempo de envolvimento).

Bloco 2 – Juventude e Território

2. Como você avalia a realidade da juventude em Matarandiba e Vera Cruz hoje?
3. Quais vulnerabilidades e desafios o banco identifica para o desenvolvimento juvenil?
4. Há alguma estratégia ou ação específica do banco voltada para engajar jovens?

Bloco 3 – Papel do Banco e da Moeda Concha

5. Como você percebeu, em sua trajetória, o surgimento e a consolidação do Banco Comunitário Ilhamar em Matarandiba?
6. Como você descreve a missão e o papel do Banco Ilhamar na comunidade?
7. Quais são os principais serviços que o banco oferece e quais são mais utilizados pelos jovens?
8. Como a moeda Concha tem impactado a vida econômica e social dos jovens?
9. Quais os principais setores do comércio local que aceitam a moeda?
10. Na sua visão, quais são os principais desafios atuais do Banco Comunitário Ilhamar para ampliar o uso da moeda Concha, especialmente entre os jovens?

Bloco 4 – Microcrédito e Capacitações

11. Qual a importância do microcrédito para os jovens na perspectiva do banco?
12. Quais resultados vocês já observaram após o acesso ao microcrédito (negócios criados, renda gerada, participação em capacitações)?
13. Quais dificuldades ou desafios os jovens encontram no uso da moeda social ou do acesso ao microcrédito?

Bloco 5 – Parcerias e Apoio Institucional

14. O banco recebe apoio de políticas públicas? Se sim, de que forma esse apoio contribui para a manutenção da moeda e para o fortalecimento da economia solidária?
15. Quais foram (ou são) os papéis da Dow Brasil e da UFBA no desenvolvimento do Banco Comunitário e da moeda Concha?
16. De que maneira essas parcerias contribuíram para fortalecer a moeda e para engajar a juventude?
17. Essas parcerias ainda existem? Se não, o que mudou após o seu encerramento?

Bloco 6 – Perspectivas e Futuro

18. Quais estratégias e ações poderiam fortalecer ainda mais o engajamento da juventude com o banco comunitário e a moeda Concha?
19. Quais parcerias ou apoios institucionais você considera essenciais para garantir a sustentabilidade da moeda Concha e ampliar o engajamento dos jovens no futuro?
20. Quais os planos ou sonhos do banco para os próximos anos, especialmente em relação à juventude?

Bloco 7 – Considerações Finais

21. Há algo que você gostaria de acrescentar ou destacar sobre a relação entre juventude, moeda social e desenvolvimento comunitário?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma

Este roteiro de entrevista faz parte da pesquisa de TCC de Laiane Lima Pereira, intitulada “Economia Solidária e Juventude: A importância da Moeda Concha na Comunidade de Matarandiba, Vera Cruz/Ba”. O objetivo da aplicação do roteiro é analisar como a Moeda Concha contribui para o fortalecimento juvenil (18–25 anos) em Matarandiba, integrando percepções, experiências e significados atribuídos à moeda Concha, tanto por jovens quanto pela gestão do Banco Comunitário Ilhamar, de modo a aprofundar os dados qualitativos para sustentar a análise.

Data: ___ / ___ / ____

2. Roteiro de Entrevista – Jovens (Rede Ecosmar/Comunidade)

Bloco 1 - Identificação do Entrevistado(o)

1. Para iniciar a nossa conversa, poderia falar um pouco sobre você? (nome, idade, atuação nos empreendimentos da rede Ecosmar, tempo de envolvimento)

Bloco 2 – Juventude e Território

2. Como você vê a juventude aqui em Matarandiba/Vera Cruz?
3. Quais os principais desafios que os jovens enfrentam (trabalho, estudo, lazer, participação comunitária)?
4. Você acha que esses desafios influenciam na permanência dos jovens no território ou na saída deles para outras cidades?

Bloco 3 – Experiência com a Moeda Concha

5. Como e quando você conheceu a Moeda Concha?
6. Qual foi sua reação inicial?
7. Você utiliza ou já utilizou a Moeda Concha? Em quais situações?
8. Como você avalia a importância da moeda Concha para o comércio local e para a comunidade?
9. Como você percebeu a evolução do uso da Moeda Concha desde o início do seu contato até hoje, e quais mudanças considera mais significativas para a juventude da comunidade?

Bloco 4 – Fortalecimento Juvenil

10. Como você e outros jovens participam dos projetos do Banco Comunitário Ilhamar ou em empreendimentos da Rede Ecosmar?

11. Você já participou de capacitações, formações do Banco Comunitário ou da Rede Ecosmar? Como avalia essas experiências?
12. Você conhece ou já acessou o microcrédito do banco? Como foi essa experiência?
13. Que resultados você percebe entre jovens que acessam microcrédito (abertura de pequenos negócios, geração de renda, participação em capacitações)?
14. Você conhece histórias de jovens que conseguiram realizar algo importante a partir da moeda ou do microcrédito? Poderia compartilhar algum exemplo?

Bloco 5 – Significados e Perspectivas

15. O que a moeda Concha representa para você?
16. Quais os benefícios mais importantes dessa experiência para os jovens?
17. Quais dificuldades você ou outros jovens já enfrentaram no uso da Moeda Concha ou no acesso ao microcrédito?
18. Na sua opinião, quais ações poderiam fortalecer a participação dos jovens na moeda social e no Banco Comunitário Ilhamar?
19. De que forma a participação no Banco Comunitário ou em empreendimentos da rede influenciou sua autonomia e perspectivas de futuro?

Bloco 6 – Considerações Finais

20. Há algo que você gostaria de acrescentar que não foi perguntado?
21. Se pudesse deixar uma mensagem para outros jovens sobre participar dessas iniciativas, qual seria?

APÊNDICE D – Quadro de categorização das falas da gestora do BCD Ilhamar

Título da pesquisa: “Economia Solidária e Juventude: A importância da Moeda Concha na Comunidade de Matarandiba, Vera Cruz/Ba”.

Entrevistada: Flavia Lima - Gestora do Banco Comunitário Ilhamar e Conselheira da ASCOMA.

Data da Entrevista: 02/10/2025

A entrevista foi estruturada em eixos temáticos alinhados aos blocos do roteiro, o que possibilitou a sistematização e a análise de conteúdo.

EIXO 1: IDENTIFICAÇÃO E CONTEXTO DA ENTREVISTADA

Categoria	Pergunta (Q)	Resposta da Entrevistada (R)
Identificação e Papel	Q1. Para iniciar nossa conversa, poderia falar um pouco sobre você?	R: Meu nome é Flavia Lima, tenho 40 anos de idade. Hoje faço parte da associação como membro do conselho da ASCOMA e, no Banco Comunitário, atuo como agente de crédito. Estou aqui desde a fundação do projeto, instalado em 2008 junto à comunidade.

EIXO 2: JUVENTUDE, TERRITÓRIO E DESAFIOS

Categoria	Pergunta (Q)	Resposta da Entrevistada (R)
Realidade Juvenil	Q2. Como você avalia a realidade da juventude em Matarandiba e Vera Cruz hoje?	R: Boa, né? Hoje a comunidade tem menos jovens comparada ao passado. A maioria dos que buscavam o projeto era composta por jovens, mas muitos saíram para estudar, fazer faculdade ou trabalhar fora. Ainda assim, há jovens que vão à sede da cidade e retornam de ônibus ou van.
Vulnerabilidades/Desafios	Q3. Quais vulnerabilidades e desafios o banco identifica para o desenvolvimento juvenil?	R: Acredito que é a necessidade de conhecer melhor os projetos integrados à moeda e à rede. Quando o jovem participa das ações comunitárias, ele começa a gostar mais, se motiva e compartilha isso com outras pessoas.
Estratégias de Engajamento	Q4. Há alguma estratégia ou ação específica do banco voltada para engajar jovens?	R: Tem sim. Recentemente fizemos atividades como treino de boxe, minicurso de esporte, educação financeira, dentre outros, para motivar não só os jovens, mas toda a comunidade.

EIXO 3: PAPEL DO BANCO COMUNITÁRIO E DA MOEDA CONCHA

Categoria	Pergunta (Q)	Resposta da Entrevistada (R)
Surgimento e Consolidação	Q5. Como você percebeu, em sua trajetória, o surgimento e a consolidação do Banco	R: Foi enriquecedor. No começo, o Banco Comunitário Ilhamar surgiu como uma proposta nova e mobilizou fortemente a juventude local, movida pela curiosidade e pelo desejo de produzir algo coletivo. O processo começou com

	Comunitário Ilhamar em Matarandiba?	mapeamento comunitário e oficinas de formação em Economia Solidária. A mobilização contou com panfletagem e ampla participação da comunidade, especialmente dos jovens.
Missão e Identidade Cultural	Q6. Como você descreve a missão e o papel do Banco Ilhamar na comunidade?	R: É importante porque, por meio da moeda Concha, trabalhamos pertencimento e identidade cultural. As notas têm símbolos do pescador, da marisqueira e de produtos do mar. Também auxiliamos com acesso ao microcrédito para reformas, produção, compra de alimentos ou ferramentas, cursos e empreendedorismo.
Serviços e Uso Juvenil	Q7. Quais são os principais serviços que o banco oferece e quais são mais utilizados pelos jovens?	R: "Além do câmbio, os moradores podem trocar o que mais tem na sua casa por algum item que está faltando, como por exemplo, eles pescaram ou só tem marisco em sua casa, então eles vêm trocar por um quilo de feijão ou arroz etc. Além disso temos os microcréditos disponíveis (de consumo, reforma, Produção e credjovem)."
Impacto Socioeconômico	Q8. Como a moeda Concha tem impactado a vida econômica e social dos jovens?	"Impacta positivamente, porque muitos procuram o banco para ajudar em um pequeno negócio como manicure, corte de cabelo, venda de lanches ou como falei antes né, pagar um transporte para ir ao curso. A moeda atrelada com as outras atividades acabam fortalecendo os laços entre a comunidade e o senso de identidade."
Circulação da Moeda	Q9. Quais os principais setores do comércio local que aceitam a moeda?	R: "A Padaria, mercadinhos e materiais de construção."
Desafios da Circulação	Q10. Na sua visão, quais são os principais desafios atuais do Banco Comunitário Ilhamar para ampliar o uso da moeda Concha, especialmente entre os jovens?	R: "E a do comerciante aceitar realizar a parceria e aderir ao processo de circulação. Muitos acham que vai perder dinheiro se darem descontos ou quando tem a parceria, passam o troco em concha e o cliente acaba aceitando em real. Mas não pensam no que a concha pode proporcionar como por exemplo a fidelidade do cliente, maior visibilidade etc."

EIXO 4: MICROCRÉDITO E CAPACITAÇÕES

Categoria	Pergunta (Q)	Resposta da Entrevistada (R)
Importância do Microcrédito	Q11. Qual a importância do microcrédito para os jovens na perspectiva do banco?	R: "O microcrédito tem ajudado o jovem a buscar os seus objetivos, seja ele fazer um curso, uma reforma, a compra de um bem."
Resultados Observados	Q12. Quais resultados vocês já observaram após o acesso ao microcrédito (negócios criados, renda gerada, participação em capacitações)?	R: "Não observei, mas já ouvir falar, né? Que alguém conseguiu um equipamento de trabalho, conseguiu reformar a sua casa ou um espaço para abrir seu negócio. Tudo isso eu fico feliz de saber que esse exemplo só foi possível graças ao microcrédito."
Dificuldades no Acesso/Uso	Q13. Quais dificuldades ou desafios os jovens encontram no uso da moeda social ou do acesso ao microcrédito?	R: "Tem jovem que relata a falta de empresas que aceitam a moeda para comprar seus produtos. Isso desestimula o morador a comprar dentro da comunidade, forçando a buscar em outros locais."

EIXO 5: PARCERIAS E APOIO INSTITUCIONAL

Categoria	Pergunta (Q)	Resposta da Entrevistada (R)
-----------	--------------	------------------------------

Apoio de Políticas Públicas	Q14. O banco recebe apoio de políticas públicas? Se sim, de que forma esse apoio contribui para a manutenção da moeda e para o fortalecimento da economia solidária?	R: "Sim. Por mais que o banco esteja bem desenvolvido, atualmente buscamos os editais para colocar em prática as atividades da rede."
Papel da Dow Brasil e UFBA	Q15. Quais foram (ou são) os papéis da Dow Brasil e da UFBA no desenvolvimento do Banco Comunitário e da moeda Concha?	R: "No caso da Dow ela foi uma empresa de muita importância para nós porque buscou ajudar a comunidade com esse projeto inicialmente. Ele ajuda como financiador em alguns empreendimentos da rede. Já a UFBA foi bastante a orientação técnica, acadêmica, a de qualificação."
Contribuição das Parcerias	Q16. De que maneira essas parcerias contribuíram para fortalecer a moeda e para engajar a juventude?	R: "No início a Dow buscou atender a comunidade entrando em contato com a UFBA na qual possui a ITES (Incubadora de Tecnologia de Empreendimentos Solidários). E para fazer o capital de giro a Dow foi a financiadora. Até hoje estamos como bebês ainda no processo de engatinhar, buscando aos poucos se desvincular para se desenvolver."
Situação Atual das Parcerias	Q17. Essas parcerias ainda existem? Se não, o que mudou após o seu encerramento?	R: "Existem sim. Mas antes era mais frequente. Hoje estamos buscando andar com as próprias pernas com a promoção de eventos e encontros interativos da rede de economia solidária, feiras para espalhar os produtos dos empreendimentos em outras regiões."

EIXO 6: PERSPECTIVAS E FUTURO

Categoria	Pergunta (Q)	Resposta da Entrevistada (R)
Fortalecimento do Engajamento	Q18. Quais estratégias e ações poderiam fortalecer ainda mais o engajamento da juventude com o banco comunitário e a moeda Concha?	R: "É o financeiro sem sombra de dúvidas. Muita coisa já teria avançado com mais recursos financeiros."
Sustentabilidade e Apoio Essencial	Q19. Quais parcerias ou apoios institucionais você considera essenciais para garantir a sustentabilidade da moeda Concha e ampliar o engajamento dos jovens no futuro?	R: "Além da parceria entre a UFBA e a Dow, empresas além da nossa comunidade podem incentivar os moradores a aderirem a moeda e comprarem lá, como temos atualmente uma parceria na localidade de Tairu no ramo de materiais de construção. Isso incentiva não só os jovens mais a comunidade a ver sua identidade sendo compartilhada fora da região."
Planos Futuros para a Juventude	Q20. Quais os planos ou sonhos do banco para os próximos anos, especialmente em relação à juventude?	R: "Incentivar os jovens a conhecerem mais a fundo a rede, os empreendimentos, fazer parte, abraçar as atividades que estão sendo promovidos. Isso faz total diferença e nos traz muita satisfação em ver o envolvimento deles."

APÊNDICE E – Quadro de categorização das falas da Jovem Conselheira de Comunicação da Ascoma conselheira do BCD Ilhamar

Título da pesquisa: “Economia Solidária e Juventude: A importância da Moeda Concha na Comunidade de Matarandiba, Vera Cruz/Ba”.

Entrevistada: Maria Clara - Conselheira de Comunicação da ASCOMA e agente de desenvolvimento no empreendimento econômico solidário Infocentro.

Data da Entrevista: 02/10/2025

A entrevista foi estruturada em eixos temáticos alinhados aos blocos do roteiro, o que possibilitou a sistematização e a análise de conteúdo.

EIXO 1: IDENTIFICAÇÃO E CONTEXTO DA ENTREVISTADA

Categoria	Pergunta (Q)	Resposta da Entrevistada (R)
Identificação e Papel	Q1. Fale um pouco sobre você, o seu nome, a sua idade, a sua atuação na Rede Ecosmar, no banco em si, né? E o tempo de envolvimento que você tem lá.	R: "Me chamo Maria Clara, aqui na Associação, sou conselheira de comunicação, faço parte de um empreendimento que se chama Infocentro. Sou curiosa no empreendimento banco, é um empreendimento que me desperta muita curiosidade. Sou técnica em segurança do trabalho e atualmente faço faculdade em publicidade e propaganda e tenho 21 anos."

EIXO 2: JUVENTUDE, TERRITÓRIO E DESAFIOS

Categoria	Pergunta (Q)	Resposta da Entrevistada (R)
Realidade Juvenil	Q2. Como você vê a juventude aí em Matarandiba, Veracruz?	R: "Matarandiba é diferente de outros lugares. Graças a Deus, a nível de violência, essas coisas assim, ainda não chegou aqui. A juventude aqui faz a gente parecer ser o que o povo diz, atrasado, sabe? Os meninos aqui dão sonho em jogar bola e essas coisas assim."
Desafios (Trabalho/Estudo)	Q3. Quais os principais desafios que os jovens enfrentam quanto ao trabalho, estudo, lazer, participação comunitária?	R: "Aqui é nível de trabalho principalmente... o quadro de moradores é bem pequenininho. Então, não temos nenhum morador que trabalhe nessa empresa [Dow Química]. Fora isso, a gente tem dificuldade no transporte. Eu não vejo isso como dificuldade, porque eu já cresci aqui e a gente já sabe que a realidade é essa."
Influência na Permanência	Q4. Você acha que esses desafios influenciam na permanência dos jovens no território ou na sua saída deles para outras cidades?	R: "Influenciam na saída para outras cidades?" (A entrevistada repete a pergunta como uma afirmação).
Estratégias de Engajamento	Q5. (Implícita - Ações da ASCOMA)	R: "A Ascoma tem muita essa questão. Hoje, por exemplo, a gente está executando um edital do governo que é esporte por toda parte... a gente sentou e procurou uma forma de ocupar essas crianças... a gente tem hoje capoeira, muay thai, ginástica, futebol... A gente trabalha muito com o que os jovens aqui querem." (Linhas 185-193)

EIXO 3: PAPEL DA MOEDA CONCHA E DO BANCO COMUNITÁRIO

Categoria	Pergunta (Q)	Resposta da Entrevistada (R)
Primeiro Contato	Q6. Como e quando você conheceu a moeda puxa?	R: "Eu vim para a comunidade, eu tinha três anos. E aí, a partir daí, eu vi a movimentação... E foi a partir daí que me despertou esse lado de curiosa para o lado do Banco Ilha Mar."
Uso da Moeda	Q7. Você utiliza ou já utilizou a moeda? Em quais situações?	R: "Como eu sou bolsista aqui na associação, a gente recebe uma pequena porcentagem em concha. E aí, com a intenção de fortalecer o comércio mesmo aqui da localidade."
Importância da Moeda	Q8. Como você avalia a importância da moeda concha para o comércio local e para a comunidade?	R: "A concha eu vejo que é uma saída para a economia... Aqui, ao invés de você chegar e dizer, tipo, eu preciso de tanto... você vai ter todo um diálogo com a formação para ver se aquele empréstimo vai ser realmente uma saída ou mais um endividamento para você."
Evolução do Uso	Q9. Como você percebeu a evolução do uso da moeda concha desde o início do seu contato até hoje?	R: "Antes era bastante limitado a quantidade de comércio... As meninas conseguiram comprar os comércios lá fora, por exemplo, a Líder e uma farmácia. E hoje a movimentação é mais forte... a gente aprendeu a se valorizar, né?"
Identidade Cultural	Q10. O que a moeda concha representa para você?	R: "Uma saída financeira, um fortalecimento para o comércio... A concha foi produzida do zero aqui na comunidade. A arte que tem na concha foi feita por pessoas da comunidade... acho que ela tinha que ser mais valorizada. Porque ela carrega muito da gente."

EIXO 4: MICROCRÉDITO, CAPACITAÇÕES E FORTALECIMENTO JUVENIL

Categoria	Pergunta (Q)	Resposta da Entrevistada (R)
Participação Juvenil	Q11. Como você e outros jovens participam dos projetos do Banco Comunitário de Amar?	R: "A nossa juventude mata na linha para as marisqueiras, então a nossa juventude também faz parte. E aí, tanto através de empréstimos, empréstimos de reforma e produção. É uma categoria que é muito acessada por jovens e tem, acho que é o BolsJovem Conselheira de Comunicação da Ascoma."
Capacitações	Q12. Você já participou de capacitações, formações do Banco Comunitário ou da rede Ecosmar? Como avalia?	R: "Eu acho maravilhoso... o diálogo já é um diálogo informal, não tem nada de informalidade, nada muito complexo."
Experiência com Microcrédito	Q13. Você já conhece ou já acessou o microcrédito do banco? Como foi a sua experiência?	R: "Bom, eu nunca acessei. Mas por eu ser voluntária, os relatos que eu ouvi até então são positivos. Quando a pessoa pega o empréstimo e não tem como pagar o banco dá a opção de essa devolutiva ser feita no caso de serviço. Se você é um pescador marisqueiro, você pode estar devolvendo no seu produto."
Resultados do Microcrédito	Q14. Que resultados você percebe entre os jovens que acessam o microcrédito?	R: "Abertura de pequenos negócios. No caso para investir em algum micronegócio, vender roupas, vestuário, cabeleireiro. Mais vestuário e manicure também."
Exemplo de Sucesso	Q15. Conhece histórias de jovens que conseguiram realizar algo importante a partir da moeda e do microcrédito?	R: "Exatamente, o banco ganhou [um edital] e aí a gente, e uma dessas pessoas que ganhou foi jovem. Hoje ela está com o carrinho dela, feliz."
Benefícios (Educação Financeira)	Q16. Quais benefícios mais importantes dessa	R: "Eu acho que é nível de educação financeira principalmente. E a nível de incentivo... Enquanto o

	experiência para os jovens?	banco está limpo te empurrando crédito, o Banco Ilhamar está tentando te conscientizar."
Dificuldades (Uso da Moeda)	Q17. Quais dificuldades você ou outros jovens já enfrentaram no uso da moeda concha ou no acesso ao microcrédito?	R: "A dificuldade foi essa questão do comércio. Que os comércios aqui demoraram muito a aceitar. Hoje, se eu não me engano, só um comércio que não aceita. Mas, por exemplo, era bem limitado... Hoje está mais aberto, as manicuras aceitam, os transportes aceitam."

EIXO 5: PERSPECTIVAS E FUTURO

Categoria	Pergunta (Q)	Resposta da Entrevistada (R)
Fortalecimento da Participação	Q18. Na sua opinião, quais ações poderiam fortalecer a participação dos jovens na moeda concha e no Banco Comunitário Ilha Mar?	R: "Eu acho que melhorar a questão da divulgação das pequenas ações. Seria melhor aquela questão do marketing mais interno."
Influência na Autonomia/Futuro	Q19. De que forma a participação do Banco Comunitário ou empreendimento da rede influenciou sua autonomia e perspectiva de futuro?	R: "Eu nasci numa faculdade, né? Universidade de alunos... a gente tem contato com muitas pessoas. A gente participa de muitos eventos, muitas conferências. A gente vai tirando um pouquinho de aprendizado daqui um pouquinho dali... eu, quando cheguei aqui, eu era extremamente consumista. Aí, a partir daí, eu mudei nesse quesito."
Mensagem para Outros Jovens	Q20. Se você pudesse deixar uma mensagem para os outros jovens sobre participar dessas iniciativas, qual seria?	R: "Eu acho que eles precisam participar. Porque, para mim, o futuro vai ser a economia solidária. Principalmente a Ascoma, para mim, é uma escola. O que, sei lá, as outras pessoas veem como perda de tempo, eu vejo investimento no futuro."